

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Virgilio Ricardo Coelho Meirelles

**COOPERATIVISMO COMO FORMA DE
INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO
DE EMPREGO E RENDA: o caso da cooperativa
de produção de recicláveis do Tocantins**

Taubaté - SP
2014

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Virgilio Ricardo Coelho Meirelles

**COOPERATIVISMO COMO FORMA DE
INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA GERAÇÃO
DE EMPREGO E RENDA: o caso da cooperativa
de produção de recicláveis do Tocantins**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. José Luis Gomes da Silva

Coorientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira

Taubaté – SP

2014

VIRILIO RICARDO COELHO MEIRELLES

**COOPERATIVISMO COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA: O caso da cooperativa de produção de
recicláveis do Tocantins**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Data: ____/____/____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Mônica Franchi Carniello

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Eloisa de Moura Lopes

FATEC – Pindamonhangaba/SP

Assinatura _____

RESUMO

Com o avanço de novas tecnologias houve o desencadeamento da precarização dos postos de trabalho gerando assim um desequilíbrio socioeconômico, todavia, a consciência humana não foi capaz de concluir que para que exista crescimento econômico é necessário que desenvolvimento econômico esteja acompanhado de resultados eficazes que reflitam na qualidade de vida da população. Seguindo esta trilha esta dissertação teve como objetivo avaliar e compreender a importância da COOPERAN por meio de suas práticas fomentando a inclusão social por meio da geração de emprego e renda. Assim foi realizado um Estudo de Caso, aplicando um questionário semiestruturado, com perguntas abertas e fechadas. A Cooperativa estudada foi a COOPERAN, com sede no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins, que possui como objetivo recolher, embalar e comercializar materiais que seriam tratados como lixo. Por meio dos resultados, constatou dentre outras que o apesar do cooperativismo ser o grande propulsor do desenvolvimento humano por meio de da inclusão social para geração de emprego e renda, os resultados obtidos não sinalizaram neste sentido bem como os princípios cooperativistas que norteiam este tipo de organização, não são pelos cooperados observados, pela simples falta de apoio social, porém uma análise mais acurada dos resultados observa-se que este tipo de organização pode possibilitar o Desenvolvimento Humano e a inclusão social por meio de da geração de emprego e renda, desde que respeitados os princípios cooperativistas.

Palavras-chave: Gestão. Inclusão Social. Desenvolvimento Humano. Cooperativismo. Geração de Emprego e Renda.

ABSTRACT

COOPERATIVE AS A MEANS OF SOCIAL INCLUSION THROUGH EMPLOYMENT GENERATION AND INCOME: The case of cooperative production of recyclable Tocantins

With the advancement of new technologies was the triggering casualization of jobs thus creating a socioeconomic imbalance , however , human consciousness was not able to conclude that there is economic growth is necessary for economic development is accompanied by effective results that reflect the quality of life . Following this trail this thesis was to evaluate and understand the importance of COOPERAN through their practices to promote social inclusion through employment generation and income. Thus we performed a case study by applying a semi-structured questionnaire with open and closed questions. The study was COOPERAN Cooperative, headquartered in the city of Palmas, Tocantins State, which has as objective to collect, package and market materials to be treated like trash . Through the results , found among others that despite the cooperative be the major driver of human development through social inclusion for generating employment and income , the results obtained do not signaled in this direction as well as the cooperative principles that guide this type of organization , are not observed by the cooperative , the simple lack of social support , however a more accurate analysis of the results it is observed that this type of organization can enable human development and social inclusion through employment generation and income , since compliance with the cooperative principles .

Keywords: Management. Social Inclusion. Human Development. Cooperatives. Employment and Income Generation.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Você participou de cursos de capacitação em cooperativismo? Quais? (Pergunta 16) | 49 |
| Tabela 2 - Você participou de cursos sobre a atividade da cooperativa? Quais? (Pergunta 18) | 50 |
| Tabela 3 – Você é cooperado fundador da cooperativa? (Pergunta 19) | 50 |
| Tabela 4 – A quanto tempo você é cooperado? (Pergunta 20) | 51 |
| Tabela 5 - Como você pagou? (Pergunta 22) | 51 |
| Tabela 6 – Quantas horas você trabalha por dia? (Pergunta 23) | 52 |

LISTA DE SIGLAS

| | |
|------------|---|
| AIC | Aliança Internacional de Cooperativas |
| ASRSE | Área Comercial Sudeste |
| Av. | Avenida |
| COOPERAN | Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins |
| CRFB | Constituição da República Federativa do Brasil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| JUCETINS | Junta Comercial do Estado do Tocantins |
| OCB | Organização das Cooperativas do Brasil |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PEA-UNESCO | Programa das Escolas Associadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| PET | Polietileno Tereftalato |
| QIF | Quadra Interna "F" |
| SENAES | Secretaria Nacional de Economia Solidária |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|------------------------------------|----|
| Figura 1 - Mapa do Tocantins | 41 |
|------------------------------------|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Perfil dos entrevistados..... | 46 |
| Quadro 2 – Respostas a pergunta número 15 | 53 |
| Quadro 3 – Respostas a pergunta número 16 | 55 |
| Quadro 4 – Respostas a pergunta número 33 | 56 |
| Quadro 5 – Respostas a pergunta número 36. | 57 |
| Quadro 6 – Respostas a pergunta número 37, 38 e 39..... | 58 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 Problema | 12 |
| 1.2 Objetivos | 13 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 13 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos | 13 |
| 1.3 Delimitação do Estudo | 13 |
| 1.4 Relevância do Estudo | 14 |
| 1.5 Organização do Trabalho | 15 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 16 |
| 2.1 Cooperativismo, Desenvolvimento Humano e Inclusão Social – A Cooperação como base para o desenvolvimento humano | 16 |
| 2.2 Economia Solidária no modelo cooperativista | 21 |
| 2.3 A História Contemporânea do Cooperativismo do Brasil | 23 |
| 2.4 PEA-UNESCO da Aliança Cooperativa Internacional – ACI | 25 |
| 2.5 Gestão das Cooperativas de Produção de Recicláveis | 27 |
| 2.6 Crescimento e Desenvolvimento Econômico | 29 |
| 2.7 As Políticas Públicas para resíduos sólidos/reciclagem | 32 |
| 3 MÉTODO | 35 |
| 3.1 Tipo de pesquisa | 35 |
| 3.2 Área de realização | 36 |
| 3.3 População e amostra | 36 |
| 3.4 Dados | 37 |
| 3.5 Instrumento | 37 |
| 3.6 Procedimento de coleta de dados | 38 |
| 3.7 Análise dos dados | 38 |
| 4 Resultados E DISCUSSÃO | 41 |
| 4.1 Apresentação da Unidade de Caso | 41 |
| 4.2 Materiais Reciclados pela COOPERAN | 43 |
| 4.3 Características dos Cooperados da Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins – COOPERAN | 44 |
| 4.3.1 Parte “A” Aspectos Socioeconômicos da Amostra | 45 |
| 4.3.2 Parte “B” Relações com a Cooperativa | 49 |

| | |
|---|----|
| 4.3.3 Parte “C” Percepção do cooperado..... | 57 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| REFERÊNCIAS..... | 64 |
| APÊNDICE A - Carta de explicação enviada junto com o formulário - catadores..... | 69 |
| APÊNDICE B - Formulário de pesquisa - catadores - adaptado de Arlete cândido monteiro vieira | 70 |
| ANEXO A - Termo de consentimento livre e esclarecido cooperativa..... | 78 |
| ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 79 |

1 INTRODUÇÃO

O interesse em tratar das questões relacionadas ao desenvolvimento humano e à inclusão social por meio da obtenção de emprego, renda e da análise das atividades desenvolvidas pelo cooperativismo foi o grande propulsor deste trabalho.

Dessa forma a pesquisa teve início após a obtenção tanto das informações quanto dos dados pertinentes ao estudo desses fatores, em especial ao tema que trata da inclusão social de pessoas com baixa ou nenhuma qualificação profissional no atual modelo econômico.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas, documentais e visitas à cooperativa estudada, momento em que foram observados e avaliados os elementos que subsidiaram o estudo apresentado.

Isto porque, diante deste novo modelo ou necessidade do mercado de trabalho que é o da competitividade por meio de uma melhor qualificação profissional o cooperativismo aponta como um expoente para a promoção do desenvolvimento humano atenuando as desigualdades socioeconômicas, minimizando de forma significativa a exclusão destes indivíduos do mercado de trabalho, posto que boa parte da mão de obra destas cooperativas é composta por pessoas com baixa ou nenhuma qualificação.

Portanto, buscou-se responder ao questionamento se a união desses indivíduos em cooperativas favorece o desenvolvimento e a inclusão social destes, que de acordo com o sistema capitalista, estariam à margem da sociedade dependendo do auxílio de programas governamentais de transferência de renda.

Ademais, estas configurações de trabalho vêm ganhando destaque, pois se tornaram um novo arranjo de trabalho e, por que não dizer produtivo, incluindo socialmente os invisíveis sociais.

Como definiu Costa (2008), invisibilidade pública que nada mais é que o resultado de um processo histórico de longa duração provocado pela baixa percepção de outrem, especialmente a percepção de alguém vinculado à forma baixa do trabalho assalariado, o trabalho desqualificado, alienado e alienante.

Com o aumento do consumo por todas as classes sociais, aumentou-se também de forma significativa a geração de lixo que, na definição de Cançado et al (2011 p. 27), se subdividem em materiais recicláveis, reutilizáveis e rejeitos,

afirmando o autor que “só vai para o aterro o que é rejeito”. Assim, por mais que se busquem meios para manter as cidades limpas, todo este material não pode ser tratado como rejeito, exercendo os catadores de material reciclado um importante papel na sociedade que é o de dar destino econômico àquilo que seria descartado como lixo ou rejeito.

Segundo Lopes et al (2009) com a globalização e a conscientização da escassez de recursos naturais, a otimização de processos e métodos gerenciais pode ser uma forma para conseguir atingir metas econômicas e sociais no mundo moderno.

Afirmando ainda os autores que é importante que administradores e gestores conheçam potencialidades e cenários, no qual estão inseridas organizações e cidades, o que auxiliaria nos planejamentos estratégicos públicos ou privados.

Diante deste novo cenário político e social, o presente trabalho analisou a teoria que trata da inclusão social por meio da geração de emprego e renda e como a COOPERAN fomenta esta inclusão social na percepção dos catadores/cooperados.

1.1 PROBLEMA

O cooperativismo destaca-se como uma forma de criação de novos ofícios, qualificando aqueles que estariam fora do mercado de trabalho diante do avanço tecnológico. Assim esta dissertação teve como fim analisar a teoria que trata da inclusão social e do desenvolvimento humano e como o cooperativismo pode desenvolver esta inclusão na percepção dos catadores/cooperados.

Portanto, partindo das premissas citadas, pergunta-se: Como a Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins - COOPERAN pode fomentar a inclusão social dos catadores/cooperados por meio da obtenção de emprego e renda?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O Objetivo geral deste trabalho foi analisar se a COOPERAN contribui para a inclusão social por meio da obtenção emprego e renda dos catadores, promovendo a inserção dos cooperados no sistema produtivo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar a existência de políticas público-privadas que visem a inclusão social dos catadores de material reciclável;
- ✓ Avaliar e discutir como os catadores de materiais recicláveis cooperados percebem seu papel na sociedade; e
- ✓ Analisar como os catadores de materiais recicláveis cooperados visualizam a sua inclusão social, por meio do cooperativismo;

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa foi desenvolvida de forma a analisar se a atividade desenvolvida pela Cooperativa estudada cria um instrumento de estabilidade social com a devida inclusão social de seus cooperados fomentando o desenvolvimento humano. Dessa forma este trabalho propôs-se a discutir se a Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins - COOPERAN proporciona a inclusão de seus cooperados/catadores, não sendo consideradas outras variáveis que compõem o conceito de inclusão social, pois o foco será apenas na geração de emprego e renda na Cooperativa estudada.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A geração de emprego e renda pode ser considerada um dos maiores desafios governamentais da atualidade, sendo o cooperativismo uma das possíveis soluções a situação caótica do atual mercado de trabalho, pois possibilita que seja amenizada a exploração da mão de obra, valorizando a força do trabalho proporcionando uma renumeração digna e melhorando a qualidade de vida do trabalhador (SANTOS, R. 2009).

Visando a inclusão dessa frente de trabalho, o Governo Federal em 2003 criou a Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A SENAES foi criada com o objetivo de dar apoio à economia solidária visando a inclusão social por meio de trabalho e renda, tendo esta secretaria o objetivo “viabilizar e coordenar atividades de apoio à economia solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”.

Como se observa, o objetivo da SENAES é a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, facilitando e estimulando a criação de entidades com autogestão, ou seja, as cooperativas de trabalho, pois neste modelo de organização, os cooperados são os grandes artífices uma vez que exercem de forma conjunta a administração da cooperativa, não existindo assim a submissão patrão X empregado.

Por sua vez o grande desafio da Secretaria é diminuir a desigualdade social e econômica, criando mecanismos que possam ao mesmo tempo resolver o problema dos lixões nos grandes centros urbanos e incluir os catadores neste novo cenário social e econômico.

A idéia é que fomentando a criação de novas cooperativas de produção, se combaterá as falsas cooperativas de trabalho que exploram seus cooperados como se empregados fossem, desvirtuando o ideal cooperativista criado há mais de um século.

A extirpação destes modelos transvestidos de cooperativas de trabalho mostra-se cada vez mais difícil, devido à baixa escolaridade e qualificação dessa mão de obra e à necessidade destes de saírem da informalidade.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho está organizado em 5 capítulos, sendo o capítulo I da Introdução; o capítulo II da revisão da literatura dedicado a análise da doutrina que trata da inclusão social sob o prisma do cooperativismo, do desenvolvimento humano e da Economia solidária no modelo cooperativista.

Na sequência, foram abordados conceito e origem do cooperativismo no Brasil e no mundo, os princípios da Aliança Internacional Cooperativista – AIC e a análise da gestão das cooperativas de reciclados, bem como uma abordagem das definições de crescimento e desenvolvimento econômico, encerrando a parte teórica com uma análise das políticas públicas voltadas para os resíduos sólidos/reciclagem.

No capítulo III destinado ao método buscou-se a resposta ao questionamento por meio de um estudo de um único caso.

O capítulo IV apresenta a análise dos resultados e discussões.

Finalmente no capítulo V são apresentadas as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste Capítulo buscou-se encontrar sustentação na literatura para a resposta da pergunta norteadora, desta forma analisou-se a literatura que trata da inclusão social sob o prisma do cooperativismo, do desenvolvimento humano e da Economia solidária no modelo cooperativista, analisando também outros temas como o conceito e origem do cooperativismo no Brasil e no mundo, os princípios da Aliança Internacional Cooperativista – AIC e a análise da gestão das cooperativas de reciclados, analisando também as definições de crescimento e desenvolvimento econômico, encerrando a parte teórica com uma análise das políticas públicas voltadas para o cooperativismo.

2.1 COOPERATIVISMO, DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL – A COOPERAÇÃO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Santos (2009) conceitua na literatura que trata do tema estudado que a inclusão social e desenvolvimento humano, devem ser analisados dentro de uma abordagem da atividade das cooperativas quanto a efetivação da inclusão social e do desenvolvimento humano. Desta forma é necessário entender o que é cooperativismo partindo da análise do que vem a ser economia solidária, discutindo a base ideológica do cooperativismo.

Não há como negar que os benefícios do desenvolvimento econômico são indiscutíveis quando observados pela ótica das novas tecnologias e da globalização dos mercados, todavia, os impactos econômicos e sociais decorrentes destes processos são negativos para a sociedade excluída do mercado regular de consumo, uma vez que os grandes beneficiários deste modelo econômico são os grupos empresariais possuidores de significativa influência financeira sobre decisões governamentais.

Afirmando Santos (2009) que nestes tipos de governo a valorização do capital sobre os interesses da coletividade é sua maior característica. Possuindo estes grandes grupos na maioria das vezes apenas interesses especificamente comerciais

e financeiros deixando de compartilhar com causas sociais, não se preocupando com a criação e manutenção de negócios que associem o desenvolvimento econômico com uma justa distribuição de renda.

Este modelo econômico gera dificuldades ao proletariado acentuando as perdas de postos de trabalho, porém, é possível alinhar desenvolvimento econômico que propicie um contentamento ao trabalhador, embora a rapidez com que a tecnologia se desenvolve é um contraponto ao desemprego criando uma relação conflituosa, determinado um processo de agravamento da exclusão ao trabalho (MATTOSO, 1999), complementando Singer (1999) que o desemprego estrutural, (trabalhadores que não tem mais condições de voltar ao mercado de trabalho) provocado pela globalização é idêntico em seus efeitos ao desemprego provocado pelas novas tecnologias, pois não aumentam necessariamente o número total de pessoas sem trabalho, mas contribui para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

Desta forma com a necessidade de sobreviverem das consequências sociais fomentadas pelo desenvolvimento tecnológico e pelo desemprego estrutural surge no cooperativismo uma possibilidade de empreendimento, tendo como foco a valorização do trabalho e no ser humano e não somente no capital, possibilitando a transformação social ainda que precária, por meio de do processo da cooperação, com respeito livre associação, por meio de uma decisão individual e, independente de etnia, posição social, cor, política partidária e crença religiosa (SANTOS,R. 2009).

Ainda de acordo com Santos (2009) o cooperativismo é uma atitude que considera as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade, pois surgiu em decorrência do desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa do Século XVIII, como meio de reação da classe operária as condições de exploração as quais eram submetidas, possibilitando que estes operários retornassem aos postos de trabalho desencadeando uma vertente da inclusão pelo trabalho.

Ademais para que a pessoa seja classificada como pobre não é necessário que ela aufera rendimentos menores do que uma soma definida por meio de estudos, pois ser pobre significa a participação em uma situação estrutural inferior dentro da sociedade como um todo, sem a perspectiva de melhoria na sua qualidade de vida (SANTOS, M.2002).

Portanto, para que a inclusão social seja devidamente oportunizada ao cidadão é necessário que exista a possibilidade deste adquirir conhecimento, o que possibilitará uma transformação de forma continuada na sua qualidade de vida econômica e social, transformando seu entorno por meio de uma nova consciência de sua situação e atuação política, esta em sentido amplo.

Assim quando se analisa a temática da inclusão social, temos que esta deve ser mais aprofundada, pois não se restringe apenas a aspectos relacionadas a pobreza e sim a uma fração da sociedade sem acesso aos conhecimento tecnológico e a educação, elementos exigidos pelo atual mercado de trabalho.

Neste sentido o cooperativismo tem por missão a proteção econômica dos trabalhadores caracterizando-se na garantia de participação desta camada da população de forma ampla nos frutos da atividade econômica (VEIGA e FONSECA, 2001), ressaltando Andrioli (2002) que no trabalho desenvolvido neste tipo de empreendimento, a autogestão e a ação coletiva das pessoas permitem a sua participação como cidadãos capazes de se organizarem constituindo-se como sujeitos políticos na sociedade e não simplesmente propiciando uma inclusão social no mercado de trabalho.

Sachs (2003) defende que para que exista consonância com os postulados éticos como propõe o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano em seus relatórios sobre o tema, é necessário a existência de três atributos básicos para o desenvolvimento, quais sejam o desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direito de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários.

Afirma Sachs (2003) que apesar do Brasil pertencer ao bloco dos países mais ricos do mundo e com recursos para saldar sua dívida social com condições de implementar políticas e programas sociais que fomentem uma divisão equânime de suas riquezas. Tem a sua pobreza superior a media dos países em condição per capita similar.

Portanto, a inclusão social e o desenvolvimento humano no Brasil são questões que estão compreendidas no desemprego e na desigualdade social, sendo

estes uns dos principais problemas de sua história recente, embora a afirmação não seja nova nem tão pouco é alguma novidade.

Alertando Sachs (2004) ao se referir a inclusão social de pessoas de baixa ou nenhuma qualificação como “competitividade espúria”. Por causa dessa competitividade espúria, grande parte dos empreendedores que possui baixa ou pouca qualificação é obrigada pela baixa produtividade do seu trabalho a buscar uma inclusão neste meio empresarial por meio de “expedientes conhecidos como fatores de competitividade espúria: baixos salários, ausência de proteção social, longas jornadas de trabalho, sonegação de impostos, condições de trabalho insalubres”.

Portanto, para enfrentarem “os rigores do darwinismo social no mercado”, esses empreendedores não têm outra opção senão a de serem absorvidos pela informalidade, pois os grandes interessados pela inclusão são as vítimas primárias de um trabalho precário, perdendo assim não somente o trabalhador, mas toda a sociedade.

Essa forma de exclusão prejudica toda a sociedade, uma vez que o Estado deixa de arrecadar, mas é obrigado a amparar, tornando inócua a luta contra a pobreza, deixando os programas sociais de transferência de rendas cada dia mais onerosos e pouco eficazes, drenando de forma constante recursos que deveriam ser destinados a investimentos direcionados à inclusão social pelo trabalho decente.

Complementando Sachs (2004) que para que exista uma saída da informalidade é necessário que exista um conjunto de políticas públicas complementares inspiradas pelo princípio de tratamento desigual dos desiguais, ou seja, que existam ações afirmativas em favor dos empreendedores mais fracos para que possam, com o tempo, enfrentar o mercado em condições de competitividade genuína e de produtividade suficiente para proporcionar postos de trabalho decente.

Sachs (2004) elenca ainda várias políticas que se aplicadas possibilitarão uma maior inclusão destes empreendedores do lixo. São elas:

- A desburocratização do processo de criação de novos empreendimentos (micro e pequenas empresas, cooperativas, consórcios, associações de produtores.), em outras palavras, um fácil mais fácil, mais abrangente e mais barato;
- Um regime fiscal com alíquotas mais baixas, ou seja, um Simples mais abrangente, incluindo os impostos federais, estaduais e municipais;
- Um simples previdenciário;
- Acesso amplo a créditos preferenciais;

- Acesso aos mercados por meio de um regime preferencial nas compras públicas e licitações de obras públicas;
- Acesso às tecnologias apropriadas, que provavelmente vai exigir a criação de um serviço de extensão análogo aos serviços de extensão rural;
- Promoção de todas as formas empreendedorismo coletivo, o mais importante instrumento de fortalecimento de pequenos empreendedores no enfrentamento do mercado como compradores, vendedores e fornecedores de bens e de serviços com especial destaque para a consolidação dos Arranjos Produtivos Locais existentes e emergentes; este é um campo de atuação para instituições como o Sebrae, os sindicatos, a OIT, a OCB e as incubadoras da economia solidária que estão surgindo em várias universidades; e
- Racionalização da articulação entre as grandes empresas e os empreendimentos de pequeno porte, de maneira a amenizar as relações adversárias, promovendo, na medida do possível, sinergias positivas (subcontratações, terceirizações, integração nas agroindústrias, franquias etc.), e logrando a necessária complementaridade entre a expansão do núcleo modernizador da economia e o universo dos empreendimentos de pequeno porte.

Essa competitividade é um reflexo da globalização, pois com o pós-guerra, o Brasil iniciou uma transformação de sua economia que deixou de ser predominantemente rural e passou a ser predominantemente urbana e industrial com uma elevada geração de empregos formais.

Nos anos 1980, o cenário se reverte e aparece pela primeira vez o desemprego urbano que dá início à deterioração das condições de trabalho com a ampliação da informalidade (MATTOSO, 1999).

Para Santos (2009), o principal aspecto da inclusão social é o fato desta se contrapor ao processo de exclusão consistindo na possibilidade do cidadão ter acesso aos direitos básicos como alimentação, saúde e educação, por meio de seu ingresso no mercado de trabalho.

Afirmando Sachs (2003, p. 63-64) que no Brasil o estado de pobreza é muito maior do que a média dos países com renda per capita similar, apesar de ter condições de promover políticas voltadas para a igualdade social e que o desenvolvimento necessariamente deve implicar em simultâneos progressos tanto nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos.

Soluções chamadas de triplamente ganhadoras, pois asseguram que o desenvolvimento somente existirá quando as necessidades básicas dos seres humanos forem supridas com uma correta e equitativa distribuição das riquezas.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MODELO COOPERATIVISTA

De acordo com Santos (2009) as atividades empresariais desenvolvidas e geridas pelos trabalhadores incluídos no setor informal da economia tem se desenvolvido de forma constante no atual modelo econômico diante dos altos índices de rejeição destes pelo mercado de trabalho diante da evolução tecnológica.

Surgindo as cooperativas como uma vertente a legalização da informalidade, como assinalou Santos (2009) ao afirmar que as transformações tecnológicas, econômicas e sociais, propiciaram o desenvolvimento de novos tipos de organizações formadas por pessoas que por meio da solidariedade e da liberdade buscam superar as dificuldades apresentadas por este novo cenário econômico.

Definindo Sachs (2003) que se trata de um novo seguimento da economia, pois estas organizações solidárias formadas por cooperativas ou associações são empresas autogeridas por trabalhadores de todas as atividades, que regidas pelos princípios da solidariedade e cooperação não possuem os ideais de uma empresa capitalista e sim pelos princípios da solidariedade e cooperação.

Surgindo a economia solidária pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção (SINGER, 2002).

Numa visão macro do que vem a ser economia solidária, tem-se que esta existe com a formação de empreendimentos e pessoas, onde se conclui que o cooperativismo esta incluso neste modelo, posto que possui perspectivas solidárias, pois atua em diversos setores da economia local de forma a buscar respostas aos anseios e à dinâmica de cada grupo social (SANTOS, 2009).

De acordo com Sachs (2003) os partidários da economia solidária veem nela uma contribuição importante na busca de um capitalismo reformado, social e ambientalmente solidário.

Na visão de Singer (2002) e Valadares (2003), as bases ideológicas da economia solidária não provem de uma criação intelectual, embora os chamados socialistas utópicos tenham contribuindo muito para o desenvolvimento do pensamento cooperativo que tinha como meta a transformação do individual para o coletivo de forma a transformar a situação socioeconômica após a revolução industrial.

Dessa forma as sociedades cooperativas que tem como fim a solidariedade possuem três desafios a serem vencidos no intuito de alinharem os interesses econômicos, sociais e inclusivos, sociedade e governo: fortalecer de forma sustentável e coletiva um mercado capitalista e globalizado que tem sua base na competitividade; o desenvolvimento de uma gestão social competente sem os instrumentos e instrumentalidade do capitalismo; conquistar a credibilidade junto ao mercado de trabalho, sociedade e setor público em todas as esferas (SANTOS, 2009).

Ressaltando Singer (2002), que um empreendimento auto gestor, como a cooperativa, possui necessariamente três características básicas, quais sejam a gestão, a propriedade e a repartição das sobras, tendo como maior desafio fazer com os três se harmonizem no cotidiano desta.

Portanto, o desenvolvimento local deve se basear na redução da pobreza por meio da inclusão não só social como também econômica daqueles que buscam uma maior e melhor qualidade de vida, sendo esta a principal função social das cooperativas integrantes do sistema econômico solidário.

Importante frisar que o vínculo entre a economia, solidária, organizações solidárias, cooperativismos e a gestão social ainda é um conceito complexo e ainda em construção, como apontou França Filho (2008) ao afirmar que ainda não se apresentaram mecanismos ou ações que respondam de forma satisfatória a problemática apresentada por estas organizações.

Tem-se que o ponto central encontra-se no interesse de uma abordagem substantiva da análise planejada dos organismos sociais onde se conclui que organismos sociais diferentes requerem abordagens administrativas e de gestão diferentes.

O debate se estrutura na possibilidade destes empreendimentos auto gestores de utilizarem como ferramenta a gestão estratégica da competitividade, sem produzirem o modelo existente no capitalismo da hierarquia, posto que o cooperativismo tem como seu maior princípio e fim a valorização do trabalho humano que na visão de Cots (2007), não é apenas a correta relação entre trabalho e remuneração e sim proporcionar ao trabalhador condições adequadas para que este desenvolva sua atividade de forma digna como o oferecimento de suporte para a sua expansão e desenvolvimento pessoal.

2.3 A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO COOPERATIVISMO DO BRASIL

O modelo e ideal cooperativista criado pelos ingleses logo foi seguido por todos os países, merecendo em 1895 a criação da Aliança Internacional de Cooperativas a AIC que em 1937 e 1966 revisou aqueles conceitos e princípios criados em 1844.

No Brasil a primeira normatização legislativa que se tem notícia data-se de 1907 por meio do Decreto do Poder Legislativo nº 1.637 de 05 de janeiro que criou os “Sindicatos Profissionais e Sociedades Cooperativas”, que ficou em vigor até 19 de dezembro de 1932, quando foi editado o Decreto nº 22.239 que teve por justificada a sua edição pelo fato de que o primitivo Decreto do Poder Legislativo 1.637 não mais correspondia as exigências da atualidade.

Chamando atenção à peculiaridade trazida pelo artigo 1º para o número mínimo de 07 (sete) pessoas naturais para que se tivesse uma sociedade cooperativa, “Dá-se o contrato de sociedade cooperativa quando sete ou mais pessoas naturais, mutuamente se obrigam a combinar seus esforços, sem capital fixo predeterminado, para lograr fins comuns de ordem econômica,.....” (Decreto nº 22.239 de 19 de dezembro de 1932).

Porém, este modelo não ficou isento a críticas o que motivou em 1934 a edição do Decreto 24.647 de 10 de julho, que trazia em seu art. 38 de forma expressa a distinção entre cooperação-profissional e cooperação-social. Definindo como cooperativa social aquela formada por indivíduos sem afinidade profissional para a defesa de interesses econômicos ou filantrópicos, pois entendia que cooperativa social era aquela formada “...por indivíduos de profissões distintas, para defesa de interesses econômicos comuns ou para finalidades filantrópicas, entre essas, a colaboração com os institutos cooperativistas de caráter proletário, no sentido de prestar-lhes ajuda financeira ou técnica...” nota-se um embrião da responsabilidade social neste modelo, de acordo com Decreto 24.647 de 10 de julho de 1934.

Já as cooperativas profissionais tinham por características a afinidade profissional e de ofício de seus membros, tendo por finalidade prática o sindicalismos-cooperativistas.

Quanto às cooperativas sociais, o mencionado decreto as distinguia quanto a sua organização, ou seja, poderiam ser organizadas na forma de cooperativas escolares ou populares, ou organizadas por industriais, sendo a última merecedora de melhor destaque quando se analisa do ponto de vista ainda que embrionário do terceiro setor.

Tudo porque da análise do inciso III do art. 41 do Decreto em comento tem-se que o fim das cooperativas de produção era proporcionar bem-estar a seus cooperados e suas famílias, bem como a paz social.

Em 1938 foi necessário um ajuste quanto a fiscalização e registros destas sociedades cooperativas, com a edição do Decreto-Lei 581 de 1º de agosto, que aumentou a fiscalização das sociedades cooperativistas, ficando seus registros e fiscalização a cargo da Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura.

Nota-se que até então o cooperativismo no Brasil estava ligado a agricultura e não ao setor industrial como um todo, tendo em 1945 com a edição do Decreto-Lei nº 8.401 de 24 de dezembro este registro e fiscalização sido transferido para o Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Vinculação esta que desaparece em 1966 com a edição do Decreto-Lei nº 59 de 21 de novembro, que definiu uma política nacional de cooperativismo e criou o Conselho Nacional do Cooperativismo, tendo neste decreto-lei a unificação de todas as legislações cooperativistas em vigor deixando-as em consonância com a Convenção de Viena de 1966 da Aliança Internacional Cooperativista.

Assim após um amadurecimento dos ideais cooperativistas é publicada a Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que revogando o Decreto-Lei 59, definiu uma nova e atual Política Nacional de Cooperativismo e instituiu um regime jurídico específico as Sociedades Cooperativistas, criando alguns princípios a saber:

- Adesão livre: Cada cooperativado é livre a sua adesão desde que tenha aptidão técnica, bem como há uma neutralidade política sem nenhum tipo de discriminação religiosa, racial ou social (art. 4º, I e IX);
- Controle democrático: As assembleias são absolutas e soberanas e os votos são contados pelo número de associados e não por quotas do capital (art. 4º, V e VI);
- Retorno das operações: As sobras de um exercício podem ser distribuídas pro rata entre os cooperados (art. 4º, VII);
- Limitação dos juros no capital com previsão expressa de limitação em 12% ao ano (art. 24);

- Desenvolvimento da educação e social: Obrigação na criação de um fundo de auxílio educacional e social destinado a prestação de assistência aos associados e seus familiares (art. 28, II); e
- Intercooperação: Previsão de auxílio das federações e cooperativas centrais na organização e estruturação das cooperativas filiadas (art. 8º)

2.4 PEA-UNESCO DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – ACI

De acordo com o Programa Escolas Associadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (PEA-UNESCO), a AIC é o organismo máximo do cooperativismo mundial, fundada em Londres em 1895, sob a coordenação de Eduardo Boyve e Eduardo Vansittart Neale, sendo uma organização não governamental que tem por objetivo representar e servir as organizações cooperativistas em todo mundo.

Com o intuito de comemorar o centenário da criação da AIC em 1995, realizou-se um congresso em Manchester, local onde a primeira cooperativa foi criada e se estabeleceram alguns princípios consagrados pela legislação cooperativista brasileira desde 1971, demonstrando o grau de amadurecimento da legislação brasileira (PEA-UNESCO, 2012).

- Associação voluntária e aberta: ou seja, podem associar-se às cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queira aceitar as responsabilidades de associado sem discriminação de gênero, raça, condição social, preferência política ou credo religioso;
- Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões. Enquanto nas cooperativas de primeiro grau pratica-se a igualdade de direito (um membro, um voto), nos demais níveis, os critérios de votação poderão ser estabelecidos segundo a representação dos associados por um determinado número de delegados devidamente credenciados;
- Participação econômica dos membros: ou seja, controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa. A Assembleia Geral poderá fixar uma limitada compensação ao capital subscrito como condição ao membro que se associa à cooperativa (quotas-partes), bem como benefícios aos cooperados na proporção de suas transações com a cooperativa. Poderão, ainda, serem criadas

outras contribuições - para fundo de reserva, o desenvolvimento das atividades da cooperativa ou outras iniciativas aprovadas pelo corpo de associados;

- Autonomia e independência: decorrem do entendimento adotado pela AIC de que a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização. No caso de haver entendimentos para apoio de outras organizações, inclusive governos, ou captação de recursos de fontes externas, devem ser asseguradas a autonomia e o controle democrático da cooperativa por seus próprios associados;
- Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento. Além disso, a natureza e os benefícios do cooperativismo devem estender-se ao público, em especial aos jovens e aos líderes da comunidade;
- Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva; e
- Preocupação com a comunidade: ou seja, os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Neste paradigma de desenvolvimento social, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de Resolução 64/139 que trata das Cooperativas no Desenvolvimento Social aprovada na Assembléia Geral de 18 de dezembro de 2009, instituiu o ano de 2012 como o Ano Internacional de Cooperativas.

Durante aquele ano, muitas ações foram desenvolvidas, destacando-se as que visaram o aumento da consciência quanto à contribuição das cooperativas na geração de empregos e desenvolvimento social, fomentando ainda a promoção de uma ampla pesquisa quanto ao impacto socioeconômico nos níveis nacionais e internacionais que as cooperativas proporcionam por meio de suas atividades na geração de empregos, bem como na formulação de boas políticas nacionais por meio de das metodologias estatísticas harmônicas (Resolução 64/139).

Papel primordial na conclusão deste trabalho, como já justificado, é a melhor análise da importância social e econômica das cooperativas de reciclagem na inclusão econômica e social dos catadores por meio de do reconhecimento por parte dos cooperados que seu ofício é digno e de grande importância para a sociedade, pois de acordo com 7º princípio da AIC, "(...) existe uma grande

preocupação no sentido de fazer com que os objetivos coletivos se sobreponham aos interesses individuais” (PEA-UNESCO, 2012).

Assim de acordo com a AIC, as cooperativas podem ser consideradas “Empresas Sociais Econômicas e de Ajuda Mútua”, pois desenvolvem em todo o mundo um “(...) importante papel no apoio ao Desenvolvimento Sustentável, à Erradicação e Prevenção da Pobreza, à Consolidação dos Meios de Subsistência em Áreas Urbanas e Rurais (...)”, favorecendo, dessa forma, uma importante ajuda para que os países alcancem por meio do desenvolvimento de políticas públicas os Objetivos do Milênio (PEA-UNESCO, 2012).

2.5 GESTÃO DAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO DE REICLÁVEIS

Uma cooperativa de produção e recicláveis deve ser vista como uma organização, possuindo pessoas qualificadas e preparadas para exercer cada uma sua função para que este organismo funcione de forma harmônica. Todavia o que se observa na maioria destes tipos de organização é uma administração amadora exercida por pessoas que pouco ou nada sabem quanto aos princípios básicos da administração e gestão deste tipo de organização.

Este fenômeno ocorre devido dois grandes fatores: o primeiro o baixo grau de instrução dos cooperados e o segundo pelo próprio tipo de material manipulado. Esses dois fatores criam uma cultura organizacional que distancia a organização da profissionalização.

Importante seria se o legislador tivesse tido o cuidado em incluir as cooperativas de produção de recicláveis como cooperativas sociais, pois é claro que essas não possuem fins lucrativos e sim sociais, porém não estão enquadradas no terceiro setor.

Carvalho (2004 p. 21) deixa claro que o planejamento de uma empresa do terceiro setor é idêntico a uma do setor privado, todavia algumas peculiaridades devem ser observadas, pois impactam diretamente em seu modelo de gestão.

Um dos desafios está umbilicalmente ligado a sua própria natureza, pois não objetivam lucros e sim benefícios à sociedade, uma vez que possuem uma natureza não pública. Dessa forma, o que norteia seu planejamento “Não é o resultado

financeiro ou a projeção do fluxo de caixa que pode melhor orientar os dirigentes destas organizações quanto às prioridades futuras e investimentos a fazer” (CARVALHO, 2004 p. 21).

Com essa definição entende-se que o modelo de gestão das cooperativas de produção de recicláveis está condicionado ao seu ciclo de vida, pois de acordo com Carvalho (2004 p. 39), para que exista uma evolução das atividades organizacionais os procedimentos de gestão devem ser alterados ou adaptados para satisfazer as necessidades e peculiaridades da administração, ou seja, devem as organizações serem comparadas aos seres vivos no seu processo de amadurecimento, identificando as diferentes necessidades de acordo com o momento em que esta esteja: crescimento ou envelhecimento.

Por sua vez observaram Bunchaft e Godim (2004), que este tipo de organização enfrenta muito mais desafios internos do que externos, pois lida com pessoas tecnicamente pouco qualificadas, sem experiência na administração deste modelo de organização com pouca ou nenhuma capacidade gerencial para garantir a sobrevivência da organização no mercado.

Trazendo os autores citados a sugestão de que este modelo de negócio deve ser acompanhado por um processo de incubação, que torna relevante na medida em que favorece a análise das chances de êxito deste tipo de empreendimento, sem contar que possibilita a orientação e reorientação de ações para que os esforços na formação das cooperativas gerem resultados mais efetivos ao integrar seus valores de solidariedade e de ajuda mútua aos processos de produção e de troca de bens e serviços em uma sociedade fortemente marcada pela competitividade (BUNCHAFT; GODIM, 2004).

Problemas estes que poderiam ser sanados se existissem dentro do modelo de negócio proposto a previsibilidade de incubação destas sociedades cooperativas, capacitando os primitivos cooperados a exercerem todas as funções típicas do objeto e objetivo da cooperativa, como também os capacitando quanto à gestão dessa sociedade.

Este cuidado evitaria que algumas pessoas se eternizassem no poder apenas por conhecer o funcionamento burocrático da cooperativa, como bem ensinou Antonialli, (2000, p. 24) quando apontou a existência de dirigentes eleitos que assumiam as funções executivas e se transformavam em técnicos de formação

profissional sem a possuir, justificando em alguns casos que o aprendizado nessa atividade é duro e demorado, trazendo um elevado ônus para a cooperativa.

À medida que alcançam uma suficiente eficiência, acabam tendo um forte argumento para a perpetuidade no cargo, uma vez que o eventual concorrente é ignorante deste conhecimento, e a cooperativa não tem como assumir o custo de seu aprendizado.

2.6 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Observa-se na análise no contexto histórico que durante o período da industrialização, a maioria dos países concentrou suas atividades no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), sem, contudo preocupar-se com a qualidade de vida (desenvolvimento). O crescimento econômico era o meio e fim do que se acreditava ser desenvolvimento econômico.

Oliveira (2002) criticou esse modelo de desenvolvimento do setor industrial alicerçado no crescimento dos padrões de consumo, concluindo que o desenvolvimento da indústria elevou o crescimento dos padrões e hábitos de consumo sem que fosse feita uma reflexão quanto aos efeitos do crescimento econômico nos padrões de vida dessa nova sociedade que surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve um significativo desenvolvimento da indústria, sendo o grande propulsor do crescimento econômico. É certo que a implantação de novos processos e tecnologias trouxe muitos benefícios e um aumento do poder aquisitivo com o aumento da renda per capita. Como essa nova sociedade sempre pautou seus hábitos no consumo, a qualidade de vida estava relacionada com a quantidade de bens que podia consumir. Esse incremento do consumo provocou um impacto ao meio ambiente com o descarte destes materiais.

A sociedade pós-guerra não entendeu claramente que seu consumo desenfreado acarretaria a escassez dos recursos naturais e causaria sérios danos ao meio ambiente, como bem descreveu Oliveira (2002, p. 43), discutindo a questão do desenvolvimento sustentável e apontando as cinco dimensões (social,

econômica, ecológica, espacial e cultural) que devem ser observadas para o planejamento da sustentabilidade dos sistemas econômicos:

- [...] O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais (OLIVEIRA, 2002. p. 43).

Dessa forma, é necessária uma reanálise da definição de desenvolvimento econômico, considerando o conjunto do desenvolvimento sustentável dessa nova sociedade de consumo e não apenas um aspecto único.

A visão isolada para Braga *et al* (2003, p.12) nada mais é que uma “ferramenta de marketing” a legitimar um “jogo de poder” que tem por “objetivo legitimar ou deslegitimar discursos e práticas”, afirmando o autor que este conceito de sustentabilidade, ou desenvolvimento sustentável, nada mais é do que mera forma de referenciar debates acadêmicos, políticos e culturais sem nenhum consenso quanto ao seu real significado.

É um conceito em permanente construção e reconstrução num verdadeiro campo de batalha simbólico que transformou este conceito numa poderosa ferramenta de marketing referenciando e consolidou padrões de relação entre conservação ambiental e crescimento econômico (BRAGA et al, 2003. p.12).

Necessário então uma reformulação do que Oliveira (2002. p. 43) definiu como “sustentabilidade cultural”. No caso em estudo, é a alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental e social que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais e de ações causadoras de impactos sociais.

Portanto, o crescimento econômico não pode mais ser analisado divorciado do desenvolvimento econômico sustentável. Uma mudança cultural é uma medida a

ser tomada não só pelo poder público, mas também pela iniciativa privada e pela sociedade, pois com o aumento e implemento de processos tecnológicos, houve um aumento tanto da produção quanto da renda per capita o que levou a um aumento do consumo, sem contudo atentar-se quanto à necessidade de um aumento ou adequação dos processos culturais.

- O desenvolvimento econômico é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2007c).
-
- Não vejo, entretanto, razão para identificar aumento da renda per capita sem aumento da produtividade como sendo 'crescimento econômico'. Verificando o uso corrente, observo que desenvolvimento e crescimento econômico são expressões geralmente utilizadas como sinônimas; por outro lado, a medida usual do desenvolvimento econômico continua sendo o aumento da renda per capita. Quando há aumento da renda per capita, mas a economia não se transforma porque não aumenta a produtividade de toda ela, mas apenas de um enclave geralmente de baixo valor adicionado per capita, não ocorre nem desenvolvimento nem crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2007).

Destaca Gomes (2006, p.21) que, a partir de uma análise de um paradigma antropocêntrico, tem-se uma visão de que o crescimento econômico seja a grande e única solução dos problemas sociais.

A questão deve ser vista pela ótica dos subsistemas da interligação econômica, pois estes são totalmente dependentes de uma biosfera que lhes sustenta, deixando a economia de ser um sistema fechado, pois o crescimento econômico além de ser afetado pelo meio ambiente é por ele também afetado, interagindo a economia e o meio ambiente de forma direta num sistema único.

“De modo que é preciso mudar a trajetória do progresso e fazer uma transição para uma economia sustentável, para que o futuro de nosso planeta não reste comprometido” (GOMES, 2006, p.21).

2.7 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA RESÍDUOS SÓLIDOS/RECICLAGEM

Como forma de transformar em ações concretas as teorias criadas pelos ambientalistas, foi sancionado em 2006 pelo Governo Federal o Decreto nº 5.940 que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

O mencionado decreto em seu art. 3º direcionou a catação às associações e cooperativas de reciclagem, desde que formalmente constituídas, que não possuam fins lucrativos, que possuam um local correto para o tratamento deste material e que tenham o rateio como forma de pagamento da produção.

- Art. 3º Estarão habilitadas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis que atenderem aos seguintes requisitos:

I - estejam formal e exclusivamente constituídas por catadores de materiais recicláveis que tenham a catação como única fonte de renda;

II - não possuam fins lucrativos;

III - possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados; e

IV - apresentem o sistema de rateio entre os associados e cooperados.

Parágrafo único. A comprovação dos incisos I e II será feita mediante a apresentação do estatuto ou contrato social e dos incisos III e IV, por meio de declaração das respectivas associações e cooperativas.

O direcionamento dos materiais a estes empreendimentos sociais ceifou a ação direta das grandes organizações privadas que possuem fins lucrativos, impedindo-as de adquirir diretamente estas matérias-primas. Todavia esse decreto não teve sua eficácia direta nos demais órgãos entes da administração pública direta, servindo apenas de direção àqueles que desejassem cumprir com suas responsabilidades sociais, mas não se pode dizer que não houve um avanço.

O ponto central das políticas públicas foi o enquadramento da reciclagem como serviço público de limpeza urbana, como previsto na Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que em seu inciso II do art. 7º considerou como serviço público de

limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos os serviços de triagem para fins de reuso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos, enquadrando como saneamento básico a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos e a atenção especial deste material desde a coleta até seu destino final, passando por consequente tratamento que deve ser feito em atenção aos princípios da reciclagem, inclusive do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

Resolvida a questão da obrigatoriedade de atenção especial desde a coleta até o destino final de tudo o que possa ser reciclado, passou-se à segunda parte desse processo de implantação de políticas públicas pelo Governo Federal, qual seja, a inclusão social e econômica destes catadores.

Assim por meio do decreto nº 7.405 de 23 de dezembro de 2010, foi instituído o Programa Pró-Catador, que tem por finalidade a integração e a articulação das ações desenvolvidas pelo Governo Federal como forma de apoiar e fomentar toda e qualquer organização de catadores que vise a produção de materiais reutilizáveis e recicláveis, visando dessa forma a “(...) melhoria das condições de trabalho, a ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e a expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento”.

Definindo de forma clara que somente serão considerados como catadores de materiais reutilizáveis alcançados por este programa “(...) as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis”.

Tem-se, portanto, com a publicação deste Decreto o fechamento de um ciclo no que se refere às políticas públicas inclusivas impulsionadas pelo Governo Federal que, dentre outras, também compartilhou com todos os ministérios a responsabilidade pela inclusão social e econômica destes catadores.

A prefeitura de Palmas, capital do Estado do Tocantins, por meio da Diretoria de Meio Ambiente em conjunto com o Núcleo de Educação Ambiental iniciou o processo de implantação da coleta seletiva no município por meio do Projeto “Coleta Seletiva na Escola” que busca conscientizar os estudantes da rede pública municipal de ensino da importância de reciclagem dos materiais necessários ao desenvolvimento das atividades escolares.

O projeto tem amparo no Decreto Municipal nº 227 de 14 de julho de 2011 que implantou a Coleta Seletiva de Lixo nas Escolas Municipais e nas Quadras 404 Sul e 904 Sul. O Decreto Municipal veio como forma de amparar as políticas de educação ambiental nas escolas obrigando a administração pública a dar continuidade ao projeto “Coleta Seletiva na Escola”, implantando em conjunto a coleta seletiva nas quadras como piloto para a implantação da coleta seletiva em toda a capital.

O material foi desenvolvido no intuito de conscientizar os alunos da rede pública de ensino quanto à importância da coleta seletiva nas escolas, tendo também como objetivo que estes alunos funcionassem como multiplicadores destas práticas em suas casas e quadras.

O projeto desenvolveu nos alunos o sentimento e a responsabilidade socioambiental, uma vez que não visa tão somente a coleta seletiva nas escolas e sim o destino correto a todo o “lixo” produzido na escola. Foi desenvolvido para conscientizar quanto à separação do lixo produzido nas escolas municipais e como dar a ele destino ambientalmente correto, pois o projeto conta com parceria da COOPERAN que, além de possuir veículo próprio, ainda conta com o auxílio de um caminhão cedido pela prefeitura que recolhe diariamente todo o material reciclável produzido nas escolas e quadras conforme rota previamente definida.

A educação ambiental tem seu espaço junto à Prefeitura de Palmas que com a união de duas Secretarias vem desenvolvendo este projeto que beneficia não só a COOPERAN, como também a sociedade uma vez que cria na base a consciência ambiental na sociedade.

Não se identificou alguma política pública municipal específica para a inclusão social dos catadores de material reciclável. O que existem são ações ambientais que apenas têm por objetivo o envio de material à reciclagem, sem contudo existir um programa sério que retribua dignamente o catador, transformando-o em um agente ambiental e não um “lixeiro qualificado”.

3 MÉTODO

O objeto estudado nessa pesquisa não permitiu um controle do pesquisador, pois teve sua base em eventos comportamentais reais (YIN, 2010, p. 21). Assim a pesquisa foi realizada e desenvolvida a partir de um estudo de caso quanto a análise se a COOPERAN por meio das práticas cooperativistas fomenta a inclusão social e o desenvolvimento humano e se esta é percebida por seus cooperados.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Usando uma metodologia qualitativa, o que se buscou por meio deste estudo de caso único foi confirmar se os princípios trazidos pelas teorias que tratam da inclusão social dos catadores são por eles percebidos, quando agrupados em uma cooperativa.

Esse método foi o melhor para buscar a resposta ao problema elencado neste trabalho que foi o de analisar se a COOPERAN por meio do cooperativismo é capaz de fomentar a inclusão social por meio de obtenção de renda e emprego de seus cooperados. Neste estudo não se buscou tão somente analisar a teoria e sim confirmar a mesma ao identificar se a inclusão é percebida pelos catadores de material reciclados tal como é elencada pela teoria.

Tendo como base uma pesquisa exploratória descritiva de um único caso, tentou-se responder como o cooperativismo é capaz de fomentar a inclusão social por meio de obtenção de renda e emprego de seus catadores/cooperados. Neste tipo de estudo o que se explora são situações reais que servem para analisar e desenvolver as teorias e explicar as variáveis de um determinado evento.

A abordagem exploratória possibilitou aumentar a experiência em torno do objeto estudado, não há como afastar que existiu uma maior aproximação com o campo da observação. Sendo utilizadas técnicas qualitativas na interpretação e discussão dos dados.

De acordo com Yin (2010, p. 32), o estudo de caso é o método preferido no exame dos eventos contemporâneos, ainda mais quando os comportamentos

relevantes não podem ser manipulados. É isso que essa pesquisa se dispôs, ou seja, analisou o comportamento de um grupo que apesar de exercer um importante papel na sociedade ainda está a sua margem.

Portanto Yin (2010, p. 39) define que o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes.

3.2 ÁREA DE REALIZAÇÃO

Apesar de a Cooperativa estudada ter como área de atuação todos os municípios do Estado do Tocantins, conforme previsto em seu Estatuto Social registrado na JUCETINS sob o nº 17400002226 em 28.09.2004, a mesma atua apenas na cidade de Palmas, Capital do Estado.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa foi desenvolvida numa amostra acessível de dezesseis catadores de material reciclado vinculados à COOPERAN, sendo este público definido num universo de vinte cooperados.

Apesar da cooperativa ter o número mínimo de cooperados para se manter como cooperativa, tem-se que apenas doze trabalham diretamente no galpão e outros quatro fazem o recolhimento dos materiais nas ruas.

Portanto, o número exato de cooperados são dezesseis, pois os outros quatro estão apenas como figurativos para que a mesma continue a ser uma cooperativa e não se transforme numa associação de catadores

A forma de abordagem usada nessa pesquisa teve como base os ensinamentos de Yin (2010, p.40), que alerta que as pesquisas de estudo de caso enfrentam situações tecnicamente diferenciadas, pois podem existir muito mais

variáveis de interesse do que pontos de dados como resultados, pois não é raro encontrar múltiplas fontes de evidência.

3.4 DADOS

Os dados da amostra foram obtidos a partir da análise qualitativa das respostas.

3.5 INSTRUMENTO

Foi utilizado um formulário como instrumento de coleta de dados que foi preenchido pelos cooperados/catadores, sendo este adaptado do questionário da pesquisadora Vieira (2005). Nessa adaptação, o questionário foi transformado num formulário que foi aplicado de forma individual contendo quarenta perguntas simples e diretas, subdivididas em três partes: Parte A - Socioeconômico, Parte B - Relações com a Cooperativa e Parte C - Percepção do cooperado.

Na primeira parte do formulário, “Parte A - Socioeconômico”, o objetivo foi traçar um perfil do cooperado identificando qual o perfil de gênero do cooperado, seu estado civil, idade, nº de filhos, escolaridade, tipo de residência e nº de pessoas que lá residem, a renda familiar, histórico sociotrabalhista e de função/ofício, se o mesmo possui uma inclusão ao sistema bancário, concluindo com a pergunta-chave se na percepção dele, ele já foi vítima de discriminação social.

Já a segunda parte, “Parte B - Relações com a Cooperativa”, o que se buscou foi identificar a relação com a COOPERAN, e o que o levou a ser cooperado, buscando também detectar ou não a existência de uma consciência cooperativista, ou seja, um perfil generalista.

Por fim na última parte, “Parte C - Percepção do cooperado”, o que se buscou identificar foi se o catador conseguia perceber a importância que sua função tem para a sociedade.

O formulário contou com uma Carta de Explicação, que continha a proposta da pesquisa, as instruções para o correto preenchimento, o procedimento para devolução, bem como explicações quanto à razão para o preenchimento e o agradecimento pela participação na pesquisa.

3.6 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Por se tratar de uma pesquisa empírica, a fase da coleta de dados foi de grande importância, pois colocou o pesquisador em contato direto com o público a ser pesquisado, bem como garantiu a qualidade da informação obtida junto à amostra pesquisada.

O Formulário utilizado foi adaptado do questionário desenvolvido no trabalho “Cooperativismo de trabalho: alternativa de geração de trabalho e renda” (VIEIRA 2005).

A coleta de dados ocorreu durante o mês de novembro e dezembro de 2013, após a liberação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme se observa no parecer nº 272.237 de 14 de maio de 2013.

3.7 ANÁLISE DOS DADOS

A partir da análise documental, bibliográfica e do resultado da pesquisa, foi analisado se o estudo de caso proposto atingiu o fim ao qual se propôs o pesquisador.

Com já exposto, os dados foram obtidos por meio da aplicação de um formulário que contou com 40 perguntas subdivididas em fechadas ou dicotômicas que na definição de Marconi e Lakatos (2010) encontra certa desvantagem por sugerir uma resposta direcionada, permitindo também que o informante assinale uma ou várias respostas.

O que não foi o caso dessa pesquisa, pois o formulário, apesar de conter perguntas diretas e de múltipla escolha, tinha de forma explícita a intenção que o informante assinalasse apenas uma das respostas.

Como forma de minimizar as desvantagens apontadas por Marconi e Lakatos (2010, p. 87) como percentagem pequena dos questionários que voltam e o grande número de perguntas sem respostas, dentre outras, o pesquisador aplicou pessoalmente cada um dos questionários, ressaltando que apenas observou e acompanhou, sem direcionar ou acompanhar as respostas, já que neste modelo de pesquisa não é recomendado.

A experiência acumulada do pesquisador também serve de ponto de partida para se caracterizar essa modalidade de observação como bem explicou Rudio (1979, p.35 apud MARCONI; LAKATOS, 2010 p. 77) “(...) é o fato de o conhecimento ser obtido por meio de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”.

Marconi e Lakatos (2010) alertam que, apesar deste tipo de pesquisa depender da técnica do pesquisador, necessário se observar e se atentar ao fato de que o pesquisar pode incorrer no erro de acreditar que domina todo o processo de análise ou se envolver emocionalmente com o grupo pesquisado, pois para que consiga o êxito da utilização dessa técnica é necessário que o pesquisador seja um observador e que esteja atento aos fenômenos que ocorrem no mundo que o cerca, além de ter perspicácia, discernimento, preparo e treino. Sem contar que em muitos casos há uma única oportunidade para se estudar certo fenômeno; outras vezes, essas ocasiões são raras.

Quanto à forma de tratamento de análise e interpretação dos dados, usou-se o método o método qualitativo, pois no presente estudo, o universo total é o número de cooperados que respondeu ao questionário, partindo da percepção dos respondentes, já que alguns se recusaram a responder a totalidade das perguntas.

Como forma de apresentação dos dados, foram utilizados alguns dos procedimentos descritos por Marconi e Lakatos (2010), sendo as tabelas construídas de acordo com os modelos dos citados autores.

Os dados foram apresentados por representação escrita diante de sua imprecisão interpretativa na forma de tabela. Também foram utilizados quadros como forma de facilitar a sua comparação. A maioria dos dados são apresentados

na forma de tabela ou quadro que tiveram o intuito de oferecer maior clareza, sendo certo que as informações da tabela estão apresentadas em seus respectivos rodapés.

De acordo com o IBGE (2010) a população estimada do Tocantins para 2013 seria de 1.478.164 de habitantes, num Estado que possui uma área de 277.720,520 quilômetros quadrados (km²), possuindo desta forma uma densidade demográfica de 4,98 habitantes por km², distribuídos em seus 139 municípios.

A Capital Palmas segundo o Instituto Federal do Tocantins (2012) está no centro geodésico do país, possuindo 2.218,943 km², com população estimada para em 2013 de 257.904 habitantes, tendo uma densidade demográfica de 102,90 habitantes por km².

E, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de sua capital é de 0,788, considerando a faixa que vai de 0 a 0,499 como de muito baixo desenvolvimento humano municipal; de 0,500 a 0,599 considerada como baixo; de 0,600 a 0,699: considerada como médio; de 0,700 - 0,799 considerada como alto e de 0,800 a 1 considerada como muito alto desenvolvimento humano municipal.

Quanto ao objeto deste estudo a Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins - COOPERAN tem-se que esta teve seu início formal em 19.05.2004 quando vinte e sete catadores organizaram-se na forma de cooperativa.

Inicialmente a COOPERAN foi instalada no Bairro Santa Bárbara, distante aproximadamente vinte quilômetros do centro da cidade. O local atendia a logística de movimentação dos cooperados/catadores, pois a maioria residia no entorno, todavia não atendia a logística de coleta dos materiais.

Visando minimizar a dificuldade de movimentação, foi celebrado em novembro de 2007, entre a COOPERAN e Fundação Banco do Brasil, um convênio com a finalidade de doação de um caminhão tipo F4000/Ford para auxiliar na coleta de materiais recicláveis pela cidade. Após a doação deste veículo, houve uma maior dinamicidade nas ações, possibilitando uma redução no uso dos carrinhos de tração humana e o atendimento mais rápido e eficaz aos órgãos públicos e empresas privadas.

Dando continuidade ao convênio celebrado em 2007 com a Fundação Banco do Brasil, a COOPERAN transferiu sua sede para o setor Eco-industrial da cidade localizada na quadra 1012 Sul antiga ASRSE - 105, QIF, lote 19 B, Av. 105. Neste novo local cedido pelo município de Palmas, a Fundação Banco do Brasil custeou a construção de um Galpão para armazenamento, seleção e beneficiamento do material coletado.

Porém essa ajuda não afastou o problema da baixa remuneração dos cooperados que em fevereiro de 2010 manifestaram em assembleia geral ordinária a preocupação de todos, momento em que afirmaram que “(...) a renda pessoal é insuficiente...”.¹

Atualmente a COOPERAN conta com vinte cooperados, sendo que apenas doze atuam diretamente no galpão, sendo que os demais atuam na coleta de materiais fora da unidade e em algumas situações sequer compartilham o que recolhem com os demais cooperados, posto que apenas dezesseis atuam de forma contínua no galpão. A escolha dessa cooperativa para participar dessa pesquisa não ocorreu por acaso, uma vez que essa é a única que ainda se mantém ativa. Quanto às outras duas, uma encerrou suas atividades e a outra se transformou em associação.

4.2 MATERIAIS RECICLADOS PELA COOPERAN

A COOPERAN por meio de sua atividade transforma o que se tornaria lixo ou está no lixo em proveito econômico ao reaproveitar materiais que seriam ou que teriam seu descarte feito de forma errada e sem destinação econômica e social, separando e processando para ser usado ou reutilizado como matéria-prima na manufatura de novos produtos. Assim reciclagem nada mais é do que reaproveitar (ou a reutilizar) o que por alguma razão foi rejeitado.

A COOPERAN tem como característica a coleta, separação e embalagem dos seguintes produtos: papel, papelão, garrafas PET, plástico, metal ferroso e não ferroso.

Como se observou na pesquisa de campo a COOPERAN apenas faz a seleção e embalagem desses materiais. Devido à falta de qualificação e recursos, os cooperados não conseguem agregar valores aos materiais que são coletados diariamente, ficando dessa forma à mercê dos atravessadores que compram toda a produção e enviam às usinas de reciclagem instaladas fora do Estado do Tocantins.

¹ Trecho da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 19.02.2010, registrada na JUCETINS - Junta Comercial do Estado do Tocantins, sob o nº 17528732 realizado em 07.10.2010.

4.3 CARACTERÍSTICAS DOS COOPERADOS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE RECICLÁVEIS DO TOCANTINS – COOPERAN

Quanto à coleta dos dados pode-se observar que a resposta a pergunta número 34 causou certo desconforto aos informantes, posto que sabedores que a pesquisa era feita apenas no universo da COOPERAN, muitos responderam de forma a não causarem conflitos no que se refere à atual administração da cooperativa que tem o mesmo presidente há sete anos.

34. Você acha que as decisões tomadas na cooperativa representam a vontade da maioria dos cooperados? Em caso negativo. Porque?
Sim ou Não

Fato totalmente previsto e nominado pela literatura como conformismo ou deformação conservadora que na visão de Marconi e Lakatos (2010, p. 96) são subdivididas em dois aspectos: o primeiro na “tendência do grupo em responder afirmativamente: propensão em aceitar situações de fato, resistindo às mudanças (complexo de Panurgo)”.

Já o segundo baseado no medo de mudanças associado ao “conformismo do grupo social em relação a certas situações existentes, evitando mudança radical na situação vigente”.

Observou-se também durante as respostas aos formulários que a pergunta 36 trouxe certa carga emocional, pois mexeu no ponto central dessa pesquisa: a inclusão social.

Quando perguntado se o informante já havia sofrido algum tipo de discriminação por ser catador, notou-se certo desconforto no momento da resposta e certa reflexão que serão apontadas no decorrer desta análise.

A pesquisa também foi desenvolvida com base na técnica da observação conforme definição de Marconi & Lakatos (2010). No caso em estudo, a observação foi assistemática, pois foi espontânea, informal, simples, ocasional e por que não dizer acidental, uma vez que as constatações feitas na observação ocorreram sem serem esperadas pelo pesquisador, não possuindo dessa forma um planejamento ou controle prévio, apenas a constatação do fenômeno acima apontado.

4.3.1 Parte “A” Aspectos Socioeconômicos da Amostra

O Quadro 01 demonstra o perfil dos dezesseis respondentes e variáveis como idade média, sexo, grau de escolaridade, estado civil, tempo morando junto, idade do cônjuge/companheiro, número de filhos, quantas pessoas vivem na sua casa e se participa de algum grupo social.

| VARIÁVEIS | DESCRIÇÃO |
|-------------------------------------|---|
| Sexo | - 08 Homens - 08 Mulheres |
| Estado Civil | -05 Solteiros -06 Casados -05 Outro |
| Números de filhos | - 01 não tem filhos - 07 tem de 01 a 02 filhos - 04 tem de 03 s 04 filhos - 03 tem de 04 a 06 filhos - 01 tem mais de 06 filhos |
| Idade | -07 tem entre 30 a 45 anos - 06 tem entre 15 e 60 anos - 03 tem mais de 60 anos de idade. |
| Grau de Escolaridade | - 02 são analfabetos -09 tem fundamental incompleto - 03 tem fundamental completo - 01 possui ensino médio - 01 possui formação superior |
| Tipo de Residência | - 09 tem casa própria - 04 moram de aluguel - 01 mora com parentes - 02 moram em outro tipo de residência |
| Quantas pessoas vivem na residência | - 11 moram com mais de uma pessoa - 01 mora com mais de duas pessoas - 02 moram com mais de três pessoas - 02 moram com mais de seis pessoas |

| VARIÁVEIS | DESCRIÇÃO |
|---|---|
| Qual a renda familiar média antes de ser cooperado | - 11 ganhavam até um salário mínimo - 05 ganhavam até dois salários mínimos |
| Quantas pessoas exerciam atividade remunerada na sua casa antes ser cooperado | - 13 informaram que a média era de 02 pessoas - 03 informaram que ninguém exercia atividade remunerada |
| Como era o vínculo trabalhista antes de serem cooperados | - 01 não tinham nenhum vínculo - 07 eram informais - 06 possuíam vínculo registrado em carteira - 02 trabalhavam como autônomos com documentação |
| Acesso ao serviço bancário | - 04 são correntistas - 04 possuem poupança - 08 não tem acesso a este serviço |
| Participa da vida social de sua comunidade | - 09 participam - 07 não participam |

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Com o objetivo de traçar um perfil socioeconômico do cooperado confrontando alguns dados apresentados na forma de documentos para esta pesquisa constatou-se com a análise dos questionários uma igualdade de gêneros entre os catadores cooperados, existindo um equilíbrio posto que quando da criação eram dezessete homens e dez mulheres.

O estado civil dos cooperados que responderam à pesquisa também chamou a atenção, pois o questionário continha alternativas como solteiro, casado, viúvo e outro, sendo que 05 declararam possuir outro estado civil, o que demonstra a existência de pessoas que vivem com outras pessoas na forma de união estável ou concubinato impuro, formas alternativas previstas no ordenamento jurídico. Porém 06 declaram serem casados e 05 declararam serem solteiros.

Quanto ao número de filhos, houve a predominância de famílias com 1 a 2 filhos.

Quanto à idade dos cooperados informantes, estes dados situaram-se entre 30 a 60 anos de idade, sendo encontrados apenas 03 cooperados com mais de 60 anos de idade.

No que se referem à escolaridade, os números encontrados também convergem no sentido da consonância ao que a literatura define como competitividade espúria, posto que 02 são analfabetos e 09 não completaram o ensino fundamental, 03 possuem ensino fundamental completo e 01 possui ensino médio. Importante ressaltar que foi detectado uma cooperada com formação *Strictu Sensu*. Essa questão não foi incluída no questionário e, portanto não respondida formalmente uma vez que não havia a previsão de se encontrar alguém com formação superior ou de ensino médio.

Esta cooperada com formação *strictiu sensu* foi a grande incentivadora da transformação do material recolhido em artesanato, capacitando os cooperados e propiciando um maior valor agregado ao produto que deixou em alguns casos de ser vendido como matéria bruta a passou a ser comercializado como artesanato com um maior valor agregado, aumentando não só a renda mais a autoestima dos cooperados envolvidos com o processo de transformação do material em artesanato.

Por outro lado a baixa escolaridade é um dos fatores apontados na literatura que acentua a perda de postos de trabalho neste novo modelo ou necessidade do mercado de trabalho, onde existe uma competitividade por meio de uma melhor qualificação profissional.

Porém, como exposto anteriormente, é possível alinhar desenvolvimento econômico que propicie bem-estar ao trabalhador, embora o avanço tecnológico e o desemprego sejam uma relação conflituosa, determinado um processo devastador de exclusão ao trabalho (MATTOSO, 1999). Contribuindo para deteriorar o mercado de trabalho para quem precisa vender sua capacidade de produzir.

Desta forma o cooperativismo tem como missão fomentar o desenvolvimento humano atenuando as desigualdades socioeconômicas, minimizando de forma significativa a pobreza, a desigualdade social e a exclusão destes indivíduos do mercado de trabalho. Até porque como detectado na pesquisa a mão de obra da COOPERAN é composta por pessoas com baixa ou nenhuma qualificação, que através de ações isoladas como o caso da artesã que cedeu parte de seu tempo para capacitá-los no ofício do artesanato.

Constatou-se também neste capítulo da pesquisa que 09 dos respondentes possuem casa própria e apenas 04 residem em residências alugadas, existindo um número pequeno de respondentes que residem com parentes ou que não possuem residência.

Estes números refletem a política habitacional que existe não só no município de Palmas, mas em todo o Tocantins, que devido a sua baixa densidade demográfica o Poder Público fomenta a construção de moradias populares como forma de evitar o crescimento desordenando da cidade.

Em relação a exclusão social a resposta à pergunta 11 identificou que metade dos respondentes não possuem nenhum tipo de conta bancária, demonstrando a exclusão do sistema bancário, que se traduz numa exclusão social, pois os obrigam a manejar seus recursos diretamente em espécie o que dificulta realizarem um devido planejamento das finanças familiares.

Em relação ao tipo de trabalho que exerciam antes de ingressarem na cooperativa, identificou-se que a maioria já trabalhava como catadores independentes, outros como trabalhadores rurais e demais atividades de acordo com suas especificidades, fato que se reflete quando perguntado se possuíam vínculos trabalhistas, onde se constatou que 01 nunca teve nenhum vínculo, 07 trabalhavam de forma informal e 06 possuíam registro em carteira.

A atual atividade de catador cooperado apesar de propiciar uma maior segurança financeira não gera nenhum tipo de segurança social, pois como se verá em linhas futuras não há nenhuma ação visando a inclusão destes catadores no sistema da previdência social.

Em relação a vida em comunidade ou na comunidade identificou-se que a maioria nunca participou da vida social de sua comunidade o que demonstra também uma exclusão, baseada na cultura popular de que estes são lixeiros. Esta constatação leva a uma sensação de exclusão a partir da análise dos cooperados já que o próprio material manipulado ainda é visto como lixo.

Na análise socioeconômica das perguntas elencadas na parte "A" constatou-se a existência de uma percepção dos respondentes de que a discriminação social por eles experimentada surge pelo fato de serem catadores e não pela própria condição social, já que estão inseridos no meio.

Por sua vez uma das respondentes informou que já sofreu discriminação não por ser catadora e sim pelo fato de ter sofrido a amputação de um membro inferior,

pois as pessoas insistem em vê-la como digna de piedade e inválida, adjetivos dos quais ela se recusa a receber, em relação aos outros a maioria afirmou que foram vítimas de preconceito devido ao fato de trabalharem na catação de latinha, sendo assim chamados de lixeiros, já alguns afirmaram que sofreram discriminação também devido à baixa remuneração de seu ofício e apenas um afirmou ter sofrido discriminação por não saber ler nem escrever.

4.3.2 Parte “B” Relações com a Cooperativa

Os dados encontrados nessa parte convergem com os dados encontrados no capítulo 2, pois a maioria dos catadores entrevistados resolveu se cooperar devido a idade avançada e pela falta de oportunidade de trabalho formal.

Um numero pequeno afirmou que havia resolvido coopera-se pelo fato de desejar ser o próprio patrão, como observado neste trabalho no capítulo destinado a relevância do Estudo.

Até porque quando se observa o objetivo da SENAES que é a inclusão social por meio da geração de trabalho e renda ao facilitar e estimular a criação de entidades com autogestão, propiciando ao modelo de gestão usado nas cooperativas que os cooperados sejam os grandes artífices ao exercem de forma conjunta a administração da cooperativa não existindo assim a submissão patrão X empregado.

Todavia, não é isto que se observa quando da análise dos dados em especial ao tema que tratou da capacitação dos cooperados, perguntas 16, 17 e 18, pois 09 dos 16 respondentes (Tabela 1) afirmaram que já participaram de cursos de capacitação em cooperativismo.

Tabela 1 - Você participou de cursos de capacitação em cooperativismo? Quais? (Pergunta 16)

| | |
|-------|----|
| Sim | 9 |
| Não | 7 |
| Total | 16 |

Somente um informou que fez curso de capacitação com o SEBRAE, os demais não se recordaram quem havia ministrado os cursos que participaram, conforme observado na resposta à pergunta 17, tendo apenas um informando que nunca participou “...por falta da leitura, participa apenas das reuniões”.

Chamando a atenção duas constatações, a primeira de que a participação do poder público na qualificação dos cooperados é modesta, não existindo nenhuma participação dos bancos apesar deste último ter doado um caminhão e o primeiro lote onde está instalada a COOPERAN.

O afastamento desses importantes órgãos foi uma surpresa, pois se esperava um reconhecimento maior por parte dos cooperados diante da participação deles pelos motivos acima elencados, todavia, não há como constatar que há uma lacuna no que se refere a capacitação destes cooperados.

O segundo fato constatado foi na resposta à pergunta número 18 (Tabela 02), onde se perguntou se os informantes haviam participado de cursos sobre a atividade da cooperativa.

Tabela 2 - Você participou de cursos sobre a atividade da cooperativa? Quais? (Pergunta 18)

| | |
|-----|---|
| Sim | 7 |
| Não | 8 |

Traduzindo na constatação de que apesar de existir uma forte tendência ao fortalecimento dos ideais cooperativistas, não existe nenhum trabalho educacional direcionado exclusivamente aos métodos de gestão de uma cooperativa, pois apenas um informou que participou de um curso sobre o funcionamento de uma cooperativa.

Estas constatações levam a conclusão de que não há como exigir um comprometimento dessas pessoas com os ideais cooperativistas, posto que possuem uma limitação de conhecimento que os impendem de buscarem de forma correta a resposta as duas necessidades de gestão.

Tabela 3 – Você é cooperado fundador da cooperativa? (Pergunta 19)

| | |
|-----|---|
| Sim | 7 |
| Não | 9 |

Na relação com a cooperativa no que refere à forma de fundação, perguntas 19, 20, 21 e 22, foi constatado conforme Tabela 03, que a cooperativa atualmente é formada pela maioria de não fundadores (pergunta 19).

Tabela 4 – A quanto tempo você é cooperado? (Pergunta 20)

| | |
|-----------------|---|
| Menos de 01 ano | 3 |
| 1 a 2 anos | 2 |
| 3 a 4 anos | 2 |
| 4 a 6 anos | 0 |
| Mais de 6 anos | 9 |

Sendo que destes 09 a maioria possui conforme tabela 04, mais de seis anos na cooperativa (pergunta 20), porém um fato chamou a atenção pois estes apesar de conhecerem a forma de instituição de uma cooperativa ainda não adquiriram quota do capital (pergunta 21).

A consequência de não terem adquiridos as quotas se traduz nos resultados apresentados na Tabela 5, onde se constata que dos 16 cooperados informantes, apenas 04 efetuaram o pagamento de suas quotas, sendo 02 na forma de desconto na produção e os outros 02 pagaram a vista, sendo que os demais informantes ainda não pagaram por suas quotas conforme resposta a pergunta 22.

Tabela 5 - Como você pagou? (Pergunta 22)

| | |
|----------------------|----|
| A vista | 2 |
| Desconto na produção | 2 |
| Ainda não pagou | 12 |

Quanto a duração da jornada de trabalho foi constatado que apesar de serem cooperados, a maioria cumpre sua jornada dentro do que assegura a legislação trabalhista, como se constada na tabela 06.

Tabela 6 – Quantas horas você trabalha por dia? (Pergunta 23)

| | |
|------------------|---|
| Menos de 4 horas | 0 |
| De 6 a 8 horas | 8 |
| De 8 a 10 horas | 2 |
| De 10 a 12 horas | 5 |
| Mais de 12 horas | 1 |

Importante esclarecer que os informantes que trabalham mais de 8 horas diárias são os responsáveis pela coleta de materiais pela cidade o que os obriga a saírem mais cedo e as vezes estenderem a jornada até as 20h, horário este em que os materiais são disponibilizados pelas lojas.

Em relação as perguntas 26, 27 e 28 que indagava se este participava das reuniões das cooperativas, se concordava com a distribuição das tarefas e como a produção era paga, observou-se todos responderam afirmativamente sem justificar tendo apenas um justificado que participava das reuniões mas não concordava com a distribuição das tarefas, pois “as vezes o conjunto não dá certo”, todavia, concorda com a forma como a produção é paga., tendo outro afirmado que não participava das reuniões pois as vezes trabalha até tarde separando material, discordando também da forma de como as tarefas são distribuídas, “porque as vezes o material é de baixo preço e os colegas rejeitam”, concordando também com a forma de pagamento da produção.

Observou-se também que a maioria concorda como as tarefas são distribuídas na cooperativa (pergunta 27), e com a forma de pagamento da produção (pergunta 28). Em relação a forma de como as decisões são tomadas, apesar da maioria participarem das reuniões convocadas pela cooperativa (pergunta 26), apenas 9 acreditam que as decisões tomadas na cooperativa representam a vontade da maioria (pergunta 34).

Outro dado que chamou a atenção, diz respeito às garantias sociais, pois apontaram negativamente ao constatar que mais da metade dos respondentes não contribuem para previdência social (pergunta 30), nem tão pouco possuem inscrição municipal como profissional autônomo (pergunta 29).

Apesar de terem informado que não tinham conhecimento da existência deste tributo e da necessidade de serem inscritos como autônomo, afirmaram

reconhecerem a necessidade de estarem inscritos na seguridade social. Perguntas 29 (Você tem inscrição municipal como profissional autônomo?) e 30 (Você contribui para a previdência social?).

Estes dados demonstram que não existe nenhuma interferência ou interesse do Poder Público em resolver estas questões, já que bastaria a criação de um simples que contemplasse esta categoria de trabalhadores evitando o inchaço da previdência social no pagamento de benefícios e seguros aqueles que pouco ou nada contribuíram para a formação do capital que possam a vir usufruir, nem tão pouco a o interesse do Poder Público Municipal no recolhimento do Imposto sobre serviço – ISS, demonstrando e constatando o seu desinteresse já que a atividade exercida pela COOPERAN é de seu conhecimento, posto que o galpão onde está instalada foi cedido pelo Poder Municipal.

Quanto a relação direta da razão de terem tomado a decisão de ingresso na cooperativa, obteve-se uma uniformidade de respostas.

| Respostas |
|---|
| “devido a idade avançada não conseguia trabalho assim procurei uma nova fonte de renda para complementar meu benefício” |
| “Para melhorar a renda” |
| “Pelo fato de que soube que não poderia catar material de forma autônoma, mas deseja voltar para rua porque ganha-se mais.” |
| “idade avançada e falta de oportunidade de trabalho e pelo fato de ser autônomo em suas ações diante das possibilidades de ser dono do seu negócio” |
| “por estar desempregada” |
| “por estar desempregado e pelo fato de que pai de família não pode ficar parado” |

Quadro 2 – Respostas a pergunta número 15

Com a análise das respostas não há como deixar de constatar o que a literatura define como competitividade espúria, pois constatou-se que a falta de

outras atividades associada a idade média ser acima da esperada pelo mercado os respondentes procuraram outro tipo de atividade.

Quanto ao fator renda dos cooperados, a grande motivação dessa pesquisa, os dados mostram que a renda média mensal que recebiam antes de se cooperarem e a mesma que recebem no momento, ou seja, um salário mínimo mensal, conforme se observa nas respostas as perguntas 8 e 24 que abordaram o tema em duas situações distintas, a primeira indagando qual era a renda média antes de ingressarem na cooperativa (pergunta 8), momento em que a maioria afirmou que a renda era inferior a 01 salário mínimo, chegando em alguns casos ao máximo a 02 salários mínimos.

Pois com o ingresso na cooperativa, percebe-se um ligeiro mais imperceptível aumento na renda dos Cooperados.

Assim pode-se concluir que o aumento da renda não é o grande propulsor do desenvolvimento humano na cooperativa estudada, posto que o aumento apresentado na pesquisa foi insignificante, todavia, tem-se que houve de fato uma maior inclusão destes cooperados com a formalização de suas atividades gerando assim de forma visível uma inclusão alicerçada na geração de emprego e renda.

Todavia, constatou-se na visita a Cooperativa estudada que todos os cooperados recebem alimentos que são doados por empresas e pessoas o que propicia a todos a realizarem todas as suas refeições diárias na cooperativa, facultando aqueles que desejam a possibilidade de levarem para suas residências a refeição noturna, ou seja, não há de fato um aumento de ganho direto em espécie, mas observou-se que existe um ganho indireto quando estes cooperados não precisam mais tirar de sua renda os valores destinados a alimentação sua e de sua família.

Em relação a participação em cursos de capacitação em cooperativismo, pergunta 16, 09 dos respondentes afirmaram que participaram sem especificar nada a respeito dos cursos, tendo apenas 01 informado que participou “para aprender a mexer com a reciclagem e na separação do material” e 07 não participaram apresentando as seguintes justificativas.

| Respostas |
|---|
| “por falta de leitura, participava apenas das reuniões” |
| “não se recorda” |

Quadro 3 – Respostas a pergunta número 16

Outro dado que apresentou uma certa uniformidade foi o encontrado com a resposta a pergunta 25, que indagou se o cooperado recebia algum benefício da cooperativa, tendo a maioria afirmado que recebia alimentação e auxílio transporte, sendo que um disse que não recebia nenhum benefício e outro afirmou que a alimentação era de obrigação da cooperativa.

Esta resposta leva a constatação de que os cooperados não conseguem visualizar os recebimentos indiretos o que leva a falsa percepção de que não houve aumento na renda após o ingresso na cooperativa.

Na resposta a pergunta 31 que indagava se o respondente sabia os objetivos sociais da cooperativa, apenas um informou que o objetivo da cooperativa era melhorar a cidade, demonstrando não haver uma forma de comunicação clara com os cooperados.

Analisando a resposta a pergunta 33 (se o fato de ter se cooperado mudou a sua vida), onde todos afirmaram que o fato de serem cooperados havia mudado suas vidas, constata-se de forma clara que a inclusão proporcionada pela cooperativa é evidente, quando analisada em conjunto com pergunta 15 que obteve a resposta das razões que os levaram a ingressarem na cooperativa, pois a maioria afirmou tinha ocorrido devido à idade avançada e pela falta de oportunidade de trabalho formal, tendo um número pequeno afirmado que havia resolvido coopera-se pelo fato de desejar ser o próprio patrão.

Assim a inclusão ocorre quando estes através da cooperativa saem da informalidade e assumem as diretrizes de suas vidas, proporcionando de forma perceptível a estes a inclusão através do reconhecimento de que apesar de alguns apesar da idade serem excluídos do mercado, tem-se na cooperativa a oportunidade de voltarem ao mercado de trabalho inclusive desenvolvendo um novo ofício que até bem pouco tempo era por eles desconhecido.

| Respostas |
|---|
| “Conhecer que não pode ter lixo na rua” |
| “Aprendi o que é coleta seletiva” |
| “Trabalha mais a vontade por não ser mandado por ninguém” |
| “está melhor a vida financeira” |
| “Melhorou a renda” |
| “tem atividade diária e aprendi a trabalhar com reciclagem” |

Quadro 4 – Respostas a pergunta número 33

Constatando na análise deste ponto do questionário que abordou a relação com a cooperativa que a maioria dos cooperados concordam como as decisões são tomadas, tendo apenas um informando discordar por acreditar que a cooperativa não é bem administrada.

Tudo porque o atual modelo não capacita todos os cooperados permitindo que algumas pessoas se eternizassem no poder apenas por conhecer o funcionamento burocrático da cooperativa, como apontado na revisão da literatura os ensinamentos de Antonialli, (2000, p. 24) que apontou a existência de dirigentes eleitos que assumiam as funções executivas e se transformavam em técnicos de formação profissional sem a possuir, justificando em alguns casos que o aprendizado nessa atividade é duro e demorado, trazendo um elevado ônus para a cooperativa, permitindo o uso deste para a perpetuidade no cargo, uma vez que o eventual concorrente é ignorante deste conhecimento, e a cooperativa não tem como assumir o custo de seu aprendizado.

4.3.3 Parte “C” Percepção do cooperado

Nas percepções do cooperado em relação a sociedade houve uma verdadeira sintonia com o objeto dessa pesquisa, que foi buscar uma resposta à indagação se COOPERAN fomentava a inclusão social e se esta era percebida pelos catadores, constatando-se com a análise as respostas a pergunta 35, que apenas 01 não soube informar se havia percebido que a cidade havia se beneficiado com a cooperativa.

Os demais foram uníssonos ao afirmarem que sim, pois “a cidade está mais limpa”, uma vez que “... a cidade não era limpa pelo serviço de limpeza de forma correta”, pois a limpeza feita pelo serviço público envia os materiais para o “... lixão e agora vai para a reciclagem”, assim “limpeza e meio ambiente” caminham juntos.

Porém, não houve como não constatar que existe por parte da sociedade uma comparação destes profissionais da reciclagem com trabalhadores dos lixões, já que na resposta a pergunta 36, a maioria afirmou que já sofreu algum tipo de discriminação por ser catador.

| Respostas |
|--|
| “Sempre dizem que trabalhamos no lixão” |
| “ser chamado de lixeiros e as pessoas se afastarem quando dizemos qual é nosso ofício” |
| “Apontam como trabalhador do lixão” |
| “sempre sou chamado de lixeiro pela sociedade” |
| “por dizerem que trabalhamos no lixão” |

Quadro 5 – Respostas a pergunta número 36.

Com a análise destas respostas constata-se uma consonância com a razão pelo qual os respondentes não participam tão efetivamente da vida social de sua comunidade (pergunta 13) demonstrando uma exclusão, baseada na cultura popular de que estes são lixeiros.

Entretanto, quando analisada a resposta as perguntas 37, 38 e 39, observa-se que todos acreditam ser importante o seu ofício de catador e que este ofício também é visto como importante pela sociedade acreditando que o ofício de catador o inclui nesta sociedade.

| | Respostas | |
|--|--|--|
| Pergunta 37 | Pergunta 38 | Pergunta 39 |
| “Preservar a natureza e limpar a cidade” | “A sociedade enxerga como importante mais nem todos pensam assim” | “De forma boa, pela visão que as pessoas tem que esta zelando pela cidade” |
| “Porque está sendo valorizado” | “para quem conhece o que é ser catador é importante” | “Serviço prestado pela cooperativa é importante” |
| “por ser bom” | “por trazer benefício a cidade” | “”por esta direto na luta” |
| “por esta no mundo inteiro | “pelo próprio trabalho” | “pela natureza do trabalho” |
| “por limpar a rua e ter um trabalho digno” | “alguns nos veem com dignidade e outros nos enxergam como catadores” | “pelo trabalho ser bem recebido pelas pessoas que entendem a reciclagem” |
| “a cidade está mais limpa” | “umas acham importante e outros não, pois alguns ainda discriminam” | “Melhorou o salário” |

Quadro 6 – Respostas a pergunta número 37, 38 e 39.

Porém, não há como afastar o pré-conceito que a cultura do lixo provoca na sociedade que ainda enxergam estes profissionais da reciclagem como lixeiros ou como dito por eles “como catadores”, todavia, a análise das respostas à pergunta aberta de nº 40, traduz a ideia central ao solicitar que os catadores descrevessem as mudanças ocasionadas em suas vidas após o ingresso na cooperativa.

Respondente 01: “O fato de ser cooperado criou a possibilidade de ser o próprio patrão. Atualmente noto que meu trabalho é mais valorizado, pois ganho de acordo com minha produtividade, possibilitando a compra de bens como televisão, tanquinho, se alimentando melhor, com melhor qualidade de vida”.

Respondente 02: “Com a entrada na cooperativa, tenho serviço direito possibilitando pagar em dia meu aluguel e minhas contas no comércio. Graças a Deus meu nome é limpo. Poder pagar minhas contas de água e energia possibilitou a compra de cadeiras e televisão Toshiba”.

Respondente 03: “A Cooperativa me incluiu no mercado de trabalho, pois como empregada doméstica não estava mais conseguindo emprego devido à idade. Depois da entrada na cooperativa, aprendi artesanato e a trabalhar na reciclagem. Atualmente me considero uma artesã.”

Respondente 04: “A grande mudança, pois estou trabalhando com algo que quando conheci, me apaixonei: o artesanato. Aqui a criatividade corre solta, pois todo dia chegam materiais diversos. O grande sonho é construir a oficina de artesanato com material reciclável e atrair pessoas que queiram trabalhar, se capacitar e conseqüentemente inclui-se socialmente por meio de um ganho material e satisfação pessoal. Também o conhecimento de várias instituições como CEF, ULBRA e secretarias tem proporcionado a possibilidade de evolução.

Respondente 05: “O ingresso na cooperativa possibilitou que eu saísse da ociosidade, permitindo uma melhor condição de vida. A renda auxiliou a poder comprar mais bens, comida, pagamento de contas e outros.”

Respondente 06: “Possibilitou a compra de produtos como geladeira, DVD. Estou pensando em comprar um fogão novo, trocar de cama, melhorou a alimentação, não falta nada em casa graças a DEUS, melhorou tudo.”

Respondente 07: “A possibilidade de ter dinheiro toda semana para poder comprar comida, pagar aluguel comprar uma cama e uma rede, um celular e uma cômoda.”

Respondente 08: “Com o trabalho na cooperativa, mudou bastante a minha vida. Eu cresci como gente trabalhar com o meio ambiente. Eu me achei neste mundo como gente.”

Respondente 09: “Bom queria que tivesse uma estrutura melhor e máquinas para poder trabalhar melhor. Tudo isso é importante para os catadores.”

Respondente 10: “Passei a me organizar no regime e modelo de economia solidária e coletiva e construir a economia comunitária e solidária sendo um novo conceito de economia para sobrevivência e vivência do povo trabalhador, e que é uma forma de distribuição de renda sólida desenvolvida pela consciência e o ideal comunitário, tendo em vista uma sociedade justa e solidária.

Saí do individualismo, como conhecimento no comunismo e passei a me equilibrar no sinal verde fazendo minha poupança comunitária para ajudar a resolver os problemas das comunidades. Estou a partir das reflexões e aprofundamento das história dos povos do passado tendo a visão do futuro eliminando duas vidas a particular e me afirmando na coletiva, porque o pobre só vive a vida aperreado e não assume as responsabilidades, as tarefas do coletivo e mais de 40% ficam divididos. Outra oportunidade o compromisso com o meio ambiente me tornando um agente ambiental.”

Respondente 11: “A minha vida mudou, porque antes eu trabalhava no lixão convivendo com os urubus, lixos hospitalares. E hoje pra mim mudou 100%, porque como foi formada a cooperativa, a minha vida mudou totalmente, porque na cooperativa eu me livre de pegar doenças, me livre dos materiais perfuro-cortantes como por exemplo agulha (sic), garrafas quebradas e outros. Então a minha vida mudou com a formação da cooperativa, porque tivemos cursos de capacitação. Para trabalhar na cooperativa os cursos foram. 1 cooperativismo; 2 segurança no trabalho; 3 higiene e segurança; 4 autoestima.”

Respondente 12: “O meu descrevo é que as mudanças foi muito bom por ter (...) participação no mundo colaboração na limpeza na cidade e trabalhar com parceria com os órgãos que se prontifica a nos ajudar”

Respondente 13: “Poder comprar as coisas que estava precisando, agora posso terminar a minha casa”

Respondente 14: “aprendi a operar prensa”

Respondente 15: “Melhorou mais a minha vida eu era empregado e possibilitou ganhos por fora diante da liberdade de horário para o trabalho”

Observando nas respostas a pergunta 40 que serem os donos de seus destinos é o grande fator impulsionador, sendo até mais importante do que a renda de um salário mínimo mensal, posto que todos consideraram o ofício de catador como importante para a sociedade, demonstrando a existência do ideal cooperativista que é o bem de toda comunidade em submissão ao interesse individual.

Porem apenas um dos cooperados afirmou que “na cooperativa reduziu seus ganhos, pois agora tem que dividir o que consegue, quando estava na rua todo material era seu e decidia quando ia vender”.

Esta resposta demonstra que apesar deste cooperado está inserido no meio este ainda não consegue associar perceber as mudanças ocasionadas em sua vida, todavia, este fato era totalmente previsível pois a cooperativa é formada na sua maioria por catadores que trabalhavam por conta própria e já haviam formado uma rede de compradores.

Entretanto, observou-se que a ausência de um acompanhamento técnico mais efetivo proporciona este tipo de interpretação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Avanço das novas tecnologias provocou a precarização dos postos de trabalho no atual modelo econômico de desenvolvimento ressaltando e resultando na exclusão social e no aumento do empobrecimento das pessoas, bem como, na diminuição dos postos de trabalho e na acentuação dos problemas sociais, econômicos e ambientais. Diante deste cenário 20 catadores resolveram criar a COOPERAN objeto de estudo desta dissertação para amenizar inicialmente suas dificuldades.

O desejo de serem novamente incluídos no mercado de trabalho melhorando tanto a qualidade de vida econômica e social, foi o principal motivo que levaram estes profissionais a constituir a COOPERAN.

Característica forte do cooperativismo que busca, por meio do coletivo, alternativas para suprir as necessidades das pessoas; valorizando o Ser Humano como agente de transformação de sua própria vida, e, também, sem se esquecer do capital, pois sem o mesmo, não se altera o social, e, muito menos, a forma de promover bem-estar coletivo, por meio da geração de emprego e renda.

Entretanto, apesar de existir neste tipo de organização o modelo estrutural norteador da filosofia cooperativista, ou seja, Adesão voluntária e livre, Gestão democrática pelos membros, Participação econômica dos membros, Autonomia e independência, Educação, formação e informação, Intercooperação e Interesse pela comunidade, não se verificou ao logo deste trabalho uma consonância destes princípios com os ideais cooperativistas o que dificulta a promoção da inclusão social e da geração de emprego e renda através do desenvolvimento humano dos seus membros.

O tipo de organização como a estudada pode possibilitar a inclusão social e a geração de emprego e renda através do desenvolvimento das pessoas e de uma comunidade, todavia não foi verificado a aplicação efetiva destes princípios pelo fato de que a COOPERAN não possui nenhum apoio como foi verificado ao longo deste trabalho.

A COOPERAN deveria ser um instrumento para a promoção de seus cooperados e da comunidade onde a mesma está inserida, através do desenvolvimento profissional, econômico e social, até porque verificou-se que muitos

que sequer tinham uma qualificação, atualmente podem se apresentar como profissionais da reciclagem.

Quanto a melhoria na renda, relevante salientar que apesar de imperceptível a remuneração mensal em números absolutos, tem-se que os cooperados atualmente possuem uma melhor qualidade como apontado nos resultados da pesquisa.

Sem dúvida o Cooperativismo possibilita uma maior participação social possibilitando a criação de políticas de autogestão empresarial, sempre visando a redução das desigualdades sociais, por meio da cooperação, pois sua autogestão foca nas pessoas e não o capital, o que possibilita uma maior flexibilização mercadológica, fatos não demonstrados na pesquisa.

A ausência de um modelo estruturado e bem autogerido afasta possíveis investidores e parceiros, propiciando a insustentabilidade da cooperativa neste mercado, competitivo e preconceituoso com relação às organizações cooperativas, principalmente nas que atuam no mercado da reciclagem.

Os Resultados da pesquisa demonstraram que a COOPERAN não cumpre os objetivos propostos, por meio da prática da cooperação e dos princípios cooperativistas de forma efetiva não contribuindo desta forma para a melhoria efetiva na qualidade de vida e na inclusão das pessoas por meio da geração de emprego e renda.

Ficou claro neste estudo que a COOPERAN ainda está longe do sucesso apesar de fomentar de forma muito precária e num contexto limitado a inclusão social e a geração de emprego e renda, valores e princípios norteadores do ideal cooperativista.

Todavia, a pesquisa identificou que a baixa qualificação é o grande entrave para que o desenvolvimento seja pleno, trazendo o presente trabalho elementos para reflexão no intuito de que se promova a mudança de pensamento possibilitando a sustentação da COOPERAN no mercado de trabalho, como forma de fomentar a cooperação como uma possibilidade para a geração de emprego e renda por meio da inclusão social.

REFERÊNCIAS

ADRIOLI, Antônio Inácio. Cooperativismo: uma resistência a exclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano II, n°19 dez.2002, mensal; ISSN1519.6186. In: <http://www.espacoacademico.com.br/019/19andrioli.htm>

ANTONIALLI, Luiz Marcelo. **Modelo de gestão e estratégias**: o caso de duas cooperativas mistas de leite e café de Minas Gerais. 2010. Tese (Doutorado em Administração) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRAGA, T. M. et al. **Índice de sustentabilidade municipal**: o desafio de mensurar. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2003. (Texto para discussão, 225). Disponível em: < www.face.ufmg.br >. Acesso em: 09 jan. 2012.

BRASIL. **Decreto 1.637, de 05 de janeiro de 1907**. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Diário Oficial União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 11 de jan.1907, p. 251.

_____. **Decreto 22.239, de 19 de dezembro de 1932**. Reforma as disposições do decreto legislativo n. 1.637. de 5 de janeiro de 1907, na

_____. **Decreto 24.647, de 10 de julho de 1934**. Revoga o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932; Estabelece bases, normas e princípios para a cooperação-profissional e para a cooperação-social; faculta auxílios diretos e indiretos às cooperativas; e institui o Patrimônio dos Consórcios Profissionais-Cooperativos. Diário Oficial União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 10 de jul. 1934

_____. **Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006**. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 out. 2006, p. 426.

_____. **Decreto 7.405, de 23 de dezembro de 2010**. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010, p. 7.

_____. **Decreto-Lei 581 de 1º de agosto de 1938**. Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revoga os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, e 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o

decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932 Diário Oficial União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 01 de ago. 1938

_____ **Decreto-Lei 59 de 21 de novembro de 1966.** Define a política nacional de cooperativismo, cria o Conselho Nacional do Cooperativismo e

_____ **Decreto-Lei 8.401 de 24 de dezembro de 1945.** Revoga os decretos-leis ns. 5.893, De 19 de outubro de 1943 e 6.274, de 14 de fevereiro de 1944, exceto as disposições dos arts. 104 a 118, e seus parágrafos, revigorando o decreto-lei n.º 581, de 1 de agosto de 1938 e a lei n.º 22.239, de 19 de dezembro de 1932. Diário Oficial União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 24 de dez. 1945.

_____ **Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 jan. 2007, p. 3.

_____ **Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971.** Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 dez.1971. p. 10354.

_____ Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Apresentação.** Brasília. 2003. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/apresentacao-1.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico.** Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. 2007. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acesso em: 10 jan. 2012.

_____. **O processo histórico do desenvolvimento econômico.** Disponível em: <www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2012.

BUNCHAFT, A. F.; GONDIM, S. M. G. A Cooperativa popular de trabalho: uma contribuição à compreensão do significado de cooperativa para as costureiras do Parque São Bartolomeu em Salvador, Bahia. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 11, n. 30, p. 117-127, mai./ago. 2004. Disponível em: < www.revistaoes.ufba.br>. Acesso em: 19 ago. 2012.

CANÇADO, A. C.; GHIZONI, L. D. (Org.) **Desenvolvimento, gestão e questão social:** uma abordagem interdisciplinar. Contagem - MG: Didática Editora do Brasil, 2011. 250p

CARVALHO, Fernando. **Práticas de planejamento estratégico e sua aplicação em organizações do Terceiro Setor**. 2004. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 03 jul. 2012.

COTS, Márcio Eduardo Riego. **Cooperativa de Trabalho**: Tratamento Tributário & Função Social. Curitiba, Editora Juruá, 2007.

dá outras providências. Diário Oficial União, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de nov. de 1966.

FRANÇA FILHO, Genauto. Terceiro setor, economia social, economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia análise e & dados**. Salvador: SEI v. 12 nº1, 2002, pp-9-19.

GOMES, D. V. Educação para o consumo ético e sustentável. **Revista Electrónica do Mestrado em Educação Ambiental**, n. 6, p. 18-31, 2006. Disponível em: www.remea.furg.br. Acesso em: 12 jan. 2012.

GUIANET. **Mapa do Estado do Tocantins**. Disponível em: <<http://www.guianet.com.br/to/mapato.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

LOPES, Eloisa de Moura et al **Aplicação da Análise Swot para Identificar Oportunidades para o Desenvolvimento Econômico e Social**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP 2009

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOSO, J. et al. O Brasil desempregado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em http://fpabramo.org.br/uploads/Brasil_desempregado.pdf

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Abramo, 1999.

na forma que especifica. Diário Oficial do Município de Palmas, Poder Executivo Municipal, Palmas, TO, 15 de jul. de 2011, edição 322 pag.1

OLIVEIRA, G. B. de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <www.fae.edu>. Acesso em: 09 jan. 2012.

PALMAS. **Decreto 227 de 14 de julho de 2011**. Implanta a Coleta Seletiva de Lixo nas Escolas Municipais e nas Quadras 404 Sul e 904 Sul, parte referente às sociedades cooperativas. Diário Oficial União, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 19 de dez.1932. Paulo: Contexto, 1999.

PEA-UNESCO, “**Aliança Cooperativa Internacional - ACI**”. Brasília: 2012. Disponível em: < <http://www.peaunesco.com.br/coop2012/logotipo.htm> >. Acesso em: 01 ago. 2013.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. Estudos Avançados** São Paulo, v. 18, n.51, ago. 2004. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Garland, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal**. 9ª edição. Editora Record – Rio de Janeiro – São Paulo – 2002. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/resenha-por-uma-outra-globalizacao-de-milton-santos/83768/#ixzz2kYR4PB2v>

SANTOS, Reginaldo Costa dos. **O Cooperativismo como forma de desenvolvimento humano e de Inclusão social: Um estudo de caso**. 2009. Disponível em http://www.ceppev.cairu.br/mestrado/dhrs/arquivos/dissertacoes/Santos_Reginaldo_Mestrado.pdf.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Introdução à Economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VALADARES, José Horta. **Cooperativismo: Lições para nossa prática**. Brasília. SESCOOP/BA, 2003.

VEIGA, Mayrink Sandra; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro. Editora DP&A. 2001.

VIEIRA, Arlete Cândido Monteiro. **Cooperativismo e trabalho**. 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté-SP, 2005.

YIN, R.K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - CARTA DE EXPLICAÇÃO ENVIADA JUNTO COM O FORMULÁRIO - CATADORES

Caro Profissional da Reciclagem

Estou desenvolvendo minha dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté - UNITAU a respeito se as Cooperativas de trabalho favorecem a inserção social dos catadores de material reciclado, orientado pelo Prof. Dr. José Luis Gomes da Silva.

A proposta de meu trabalho é diagnosticar se as cooperativas de reciclagem instaladas em Palmas cumprem seu papel na inclusão social e econômica dos catadores de material reciclagem, para isso necessito que respondam as perguntas que seguem em anexo.

O formulário de perguntas é formado por 39 perguntas sendo que nas primeiras 38 perguntas você deverá apenas marcar uma das alternativas e na última descrever as mudanças ocasionadas em sua vida com seu ingresso na cooperativa.

Não haverá a necessidade de identificação do Profissional, pois o formulário de pesquisa possui uma numeração única, como forma de garantir a confidencialidade dos dados.

Assim peço a gentileza de devolver o formulário em anexo até o dia ____/____/2013.

Desde já agradeço sua colaboração e o tempo despendido. Após a conclusão da pesquisa, prevista para dezembro de 2013 a dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo on line da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

Atenciosamente,

Virgilio Ricardo Coelho Meirelles

**APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE PESQUISA - CATADORES - ADAPTADO DE
ARLETE CÂNDIDO MONTEIRO VIEIRA**

Formulário:
RESPONDENTE N°.....

PARTE A - SÓCIOECONÔMICO

1. Qual seu sexo?

Masculino

Feminino

2. Qual seu estado civil?

Solteiro

Casado

Viúvo

Outro

3. Quantos filhos você tem?

Nenhum

1 a 2 filhos

3 a 4 filhos

4 a 6 filhos as

Mais de 6 filhos

4. Qual sua idade?

De 18 a 30 anos

De 30 a 45 anos

De 45 a 60 anos

Acima de 60 anos

5. Qual seu nível de escolaridade?

Analfabeto

Fundamental incompleto

Fundamental completo

- Médio
6. Sua residência é?
- Própria
 - Alugada
 - Mora com parentes
 - Outros
7. Quantas pessoas moram em sua residência?
- 1 a 2 pessoas
 - 3 a 4 pessoas
 - 4 a 6 pessoas
 - Mais de 6 pessoas
8. Qual era sua renda familiar antes da cooperativa?
- Até 01 salário mínimo
 - De 01 a 02 salários mínimos
 - De 02 a 04 salários mínimos
 - Mais de 4 salários mínimos
9. Quantas pessoas trabalhavam em sua casa antes da cooperativa?
- 1 a 2 pessoas
 - 2 a 4 pessoas
 - 4 a 6 pessoas
 - Ninguém
10. Como era seu trabalho antes de cooperar-se?
- Nenhum
 - Informal
 - Carteira assinada
 - Autônomo com documentação
11. Você tem conta bancária?
- Sim - Correntista
 - Sim - Cliente

Sim - Poupança

Não

12. Qual era seu trabalho antes de cooperar-se?

13. Você participava da vida social de sua comunidade?

Sim

Não

14. Você já sentiu algum tipo de discriminação social? Qual?

PARTE B - RELAÇÕES COM A COOPERATIVA

15. Por que você resolveu cooperar-se?

16. Você participou de cursos de capacitação em cooperativismo? Quais?

Sim

Não

17. Ministrados por quem?

18. Você participou de cursos sobre a atividade da cooperativa? Quais?

Sim

Não

19. Você é cooperado fundador da cooperativa?

Sim

Não

20. Há quanto tempo você é cooperado?

Menos de 1 ano

1 a 2 anos

3 a 4 anos

4 a 6 anos

Mais de 6 anos

21. Você adquiriu quota de capital da cooperativa?

Sim

Não

22. Como você pagou?

À vista

Desconto na produção

Ainda não pagou

23. Quantas horas você trabalha por dia?

Menos de 4 horas

De 6 a 8 horas

De 8 a 10 horas

De 10 a 12 horas

Mais de 12 horas

24. Qual seu rendimento médio na cooperativa?

Menos de 1 salário mínimo

De 1 a 2 salários mínimos

De 2 a 3 salários mínimos

De 3 a 4 salários mínimos

Mais de 4 salários mínimos

25. Você recebe algum benefício na cooperativa? Qual?

26. Você participa das reuniões na cooperativa? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

27. Você concorda com a forma de distribuição das tarefas na cooperativa? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

28. Você concorda com a forma de pagamento da produção? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

29. Você tem Inscrição Municipal como profissional autônomo? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

30. Você contribui para com a Previdência Social? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

31. Quais são os objetivos sociais da cooperativa?

32. Quais são seus direitos e deveres como cooperado?

33. O fato de ter se cooperado mudou sua vida? De que forma?

Sim

Não

34. Você acha que as decisões tomadas na cooperativa representam a vontade da maioria dos cooperados? Em caso Negativo. Porque?

Sim

Não

PARTE C - PERCEPÇÃO DO COOPERADO

35. Como sua cidade se beneficiou com a cooperativa?

36. Você já sofreu ou sofre algum tipo de discriminação por ser Catador(a)? Em caso Positivo. De que tipo?

Sim

Não

37. Como você considera seu trabalho de Catador? Porque?

Importante

Sem importância

Não pensou a respeito

38. Como você acha que sua atividade de Catador é vista pela sociedade? Porque?

- Importante
- Sem importância
- Não pensou a respeito

39. Você acredita que o ofício de catador(a) te incluiu na sociedade? Porque?

- Sim
- Não
- Não pensou a respeito

40. Descreva as mudanças ocasionadas em sua vida com seu ingresso na cooperativa.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COOPERATIVA

Essa pesquisa está sendo realizada pelo Sr. **VIRGILIO RICARDO COELHO MEIRELLES**, aluno do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientada e supervisionada pelo professor **Dr. José Luis Gomes da Silva**.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação dessa organização não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre essa pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável.

TEMA DA PESQUISA: cooperativismo como forma de inclusão social por meio da geração de emprego e renda: o caso da cooperativa de produção de recicláveis do Tocantins

OBJETIVO: Estudar as principais características da COOPERAN e a sua consequência na inclusão social.

PROCEDIMENTO: Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Aplicação de questionário semiestruturado com os cooperados e com os catadores autônomos que prestam serviços à COOPERAN.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa nessa Instituição.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para **julho/2013**, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo on line da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nessa área.

Taubaté/SP, 24 de agosto de 2012.

Prof. Orientador Dr. José Luis Gomes da Silva
RG SSP/.....
E-mail: gomesdasilvaster@gmail.com
Tel.: 12-3625-4283

Aluno Virgilio Ricardo Coelho Meirelles
RG 4017-B OAB/TO
E-mail: vrmeirelles@gmail.com
Tel.: 63-8423-5365

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu Otacilio Martins Cardoso, portador do RG nº 619.399 SSP/GO, 2ª via, Presidente da COOPERAN conforme ata registrada na Jucetins sob o nº17528732 em 07 de outubro de 2010 autorizo a aplicação dessa pesquisa nessa Cooperativa

Palmas/TO, 27 de agosto de 2012.

Presidente da COOPERAN

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Essa pesquisa está sendo realizada pelo Sr. **VIRGILIO RICARDO COELHO MEIRELLES**, aluno do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR) do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), como dissertação de mestrado, sendo orientada e supervisionada pelo professor **Dr. José Luis Gomes da Silva**.

Seguindo os preceitos éticos, informamos que sua participação será absolutamente sigilosa, não constando seu nome ou qualquer outro dado que possa identificá-lo no manuscrito final da pesquisa ou em qualquer publicação posterior sobre essa pesquisa. Pela natureza da pesquisa, sua participação não acarretará em quaisquer danos para sua pessoa. A seguir, damos as informações gerais sobre essa pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação que V.S. desejar, poderá ser fornecida pelo aluno-pesquisador ou pelo professor orientador.

TEMA DA PESQUISA: cooperativismo como forma de inclusão social por meio da geração de emprego e renda: o caso da cooperativa de produção de recicláveis do Tocantins

OBJETIVO: O Objetivo geral deste trabalho foi confrontar a teoria que trata da inclusão social com as ações e sensações que os catadores experimentam por meio de do desenvolvimento do ofício de catador.

PROCEDIMENTO: Pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Aplicação de formulário semiestruturado com os cooperados e com os Catadores autônomos que prestam serviços à COOPERAN.

SUA PARTICIPAÇÃO: Preencher a ficha de caracterização e responder a dois questionários ou a uma entrevista.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para **Agosto de 2013**, uma dissertação, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté, assim como no acervo on line da Universidade de Taubaté e no banco digital de teses e dissertações da Capes.

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nessa área.

Taubaté, _____, _____ de 2013.

Prof. **Dr. José Luis Gomes da Silva**.

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, eu

portador do RG nº _____, autorizo a utilização, nessa pesquisa, dos dados por mim fornecidos. Palmas, ____/____/2013

Assinatura

Orientador
Dr. José Luis Gomes da Silva.
Docente Unitau
gomesdasilvaster@gmail.com

Orientando
Virgilio Ricardo Coelho Meirelles
Mestrando Unitau
vrcmeirelles@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos: (12) 36351233

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Palmas, ____/____/ 2013.

Sujeito da Pesquisa: _____

(assinatura)